

POLITIKA

RIO, 16 A 22 DE ABRIL DE 1973

ANO II — NÚMERO 78 — CR\$ 3,00

**A luta dos
estudantes**

**O folklóre
da Academia**

**O mistério
de Stenzel**

A quem interessa a brigada Brasil e Argentina

A renda "per capita" de Veloso e a do brasileiro

Na semana passada, POLITIKA apresentou um trabalho de Mury Lydia, alinhando dados sobre o padrão de vida do brasileiro. Os números oficiais tirados de publicações da OCDE, da ONU, e do Centro de Estudos e Análise Social, da Igreja do Brasil, não são nada abonadores para o país se, por exemplo, comparados aos da Argentina, que disputa conosco a hegemonia da América Latina. Coincidentemente ou não, o ministro João Paulo dos Reis Veloso, do Planejamento, falou, na mesma semana, nos trabalhos de abertura do I Seminário Brasileiro de Planejamento e trouxe a público números que em nada concordam com os divulgados pelos organismos internacionais e pelo CEAS. Por exemplo: a renda per capita do brasileiro, segundo a ONU, é de 270 dólares, já para o ministro do Planejamento ela atinge a mais de 500 dólares. E mais, neste ano de 1973 deverá alcançar 534, superando as metas estabelecidas para 1974, quando deveríamos ter 515 dólares. Neste tom de euforia e ufanismo, o ministro do Planejamento falou para os 22 governadores de Estado e autoridades presentes ao seminário. Em nenhum momento foi pessimista ou se mostrou preocupado com a análise que os organismos internacionais

fazem a nosso respeito. Sempre ufano, disse que segundo perspectivas do PND, que vêm sendo ultrapassadas, o Brasil deverá chegar ao fim da década com um PIB de 100 a 120 bilhões de dólares, com uma população da ordem de 120 milhões de habitantes e, pois, uma renda per capita na faixa dos 850 a 1.000 dólares. Tomando-se como certos os números apresentados pelo Sr. Reis Veloso, o Brasil caminha celeremente para atingir uma posição privilegiada entre as grandes nações do mundo. Mas ao sair da esfera oficial e entrar na área internacional, sofre-se uma desilusão e chega-se ao desânimo, se se procura pesquisar a situação interna do trabalho; ver em que condições mora, trabalha, come, veste-se, estuda e que tipo de assistência social recebe. O trabalhador não está se beneficiando desse aumento da renda per capita que o ministro anuncia. É certo que ela está mesmo crescendo, mas não no ritmo anunciado. O que está engrossando é a fatia dos que têm muito. Aquela parcela de privilegiados vai aumentando sua participação na renda e a grande massa da população permanece estática, involutiva. Diz o ministro que há uma vontade política,

que mobilizou a sociedade nos quatro cantos do território nacional, para modernizar e desenvolver o país e que a estabilidade político-social está hoje na consciência de toda a população, como uma conquista a ser preservada. Esta vontade de ver o país se desenvolver é óbvia. Ninguém a contesta. Não há um só brasileiro que não queira ver o seu país grande e forte. O que se contesta, o que se condena é o processo como está sendo feito esse desenvolvimento. O que cada brasileiro quer é que a renda anunciada pelo ministro seja verdadeira. Que a divisão seja equitativa. Que quando a renda per capita atingir os 1.000 dólares, cada brasileiro participe com um quinhão, de não equivalente pelo menos equânime. Não é justo que alguns ganhem milhões de dólares, enquanto outros, como o piauiense, por exemplo — conterrâneo do Sr. Reis Veloso —, tenha uma renda per capita inferior ao haitiense, conterrâneo do Baby Doc. Ainda é tempo do Sr. Reis Veloso fazer uma revisão desses dados. E se os organismos internacionais estão divulgando números que não são exatos, provar que o brasileiro está ganhando mesmo os anunciados 534 dólares anuais.

AGENDA

★ O Sr. Roberto Campos, que agora funciona ao lado do Sr. Adolfo Bloch na Praça do Russel (estrágaram a praça!), não voltará a ser ministro do Planejamento; o marechal Juarez Távora, que acaba de editar o seu livro de memórias, não voltará a ser ministro dos Transportes; o Sr. Gonzaga do Nascimento Silva, que está muito bem situado na área privada, não voltará a ser ministro do Trabalho; o Sr. Otávio Gouveia de Bulhões, mentor do governo Chagas Freitas em todo o *suadouro* aplicado ao contribuinte carioca, não voltará a ser ministro da Fazenda; o Sr. Gama e Silva, muito bem instalado na embaixada do Brasil em Portugal, não voltará a ser ministro da Justiça; o Sr. Juraci Montenegro Magalhães, presidente da Ericsson e diretor de várias empresas estrangeiras, não voltará a ser ministro do Exterior; o general Golberri do Couto e Silva, presidente da Dow Chemical, não voltará a dirigir o SNI; o Sr. Mauro Thibau, dirigindo empresas estrangeiras, não voltará a ser ministro das Minas e Energia; o Sr. Luís Vianna Filho, que é acadêmico e vive de rendas históricas, não voltará a ser chefe da Casa Civil. Não adianta explicar porque não voltaram aos postos. O que está aí é absolutamente certo. Depois, é claro, de março de 1974.

★ Para o deputado Clóvis Stenzel, que hoje é uma espécie de *Amaral Neto* sem programa de televisão, a revolução é uma instituição civil-militar e disso não pode ser dissociada. Afirma Stenzel, textualmente, escrevendo para Letras em Marcha, *semanário de coronéis reformados*: "Não comungamos com o pensamento de alguns militares que sustentam a conveniência de dar as costas à política, voltar aos quartéis e se dedicar exclusivamente às tarefas militares propriamente ditas. Como também discordamos dos civis que, pensando de modo semelhante, promovem o retorno da situação anterior à revolução de março, contrários que são a qualquer influência militar na vida civil. Um dos equívocos que devem ser desfeitos pela doutrinação persistente é confundir Poder Civil com exercícios da política, encarada esta num plano alto, só por civis. Não fosse a guerra revolucionária, outro teria sido o caminho trilhado por nós, os políticos." Pensando bem, tudo o que o Sr. Clóvis Stenzel afirma aí é *chover no molhado*. Porque, mesmo que ele não tivesse dito, as coisas se passariam exatamente como ele disse. Então, por que disse? E por que não deu nomes aos bois? Está com medo da tourada?

★ Os grupos norte-americanos que procuram desesperadamente, im-

pedir que o Brasil lance o seu próprio satélite artificial de comunicações e querem que optemos pelo aluguel ou arrendamento de um satélite norte-americano (não é dr. Roberto Campos?), alegam dois pontos em favor de sua tese: 1) para possuir um satélite próprio, o Brasil teria de pagar aos Estados Unidos o lançamento de um foguete da NASA; 2) mesmo que isso fosse de graça, sairia caro porque a operação de um satélite exige, além do que se encontra em funcionamento no espaço, o lançamento de um outro, reserva, para permanecer apagado e só ser ativado no caso do primeiro deixar de funcionar. Isto sem contar a manutenção de um satélite em terra, pronto a ser despachado, sempre que um dos lá em cima se apagar. Parece correto, à primeira vista. Mas não é. Quando nos encontrávamos na campanha pelo petróleo para os brasileiros, os ilustres doutores testas-de-ferro argumentavam que o Brasil não teria condições, sequer, de perfuração, por ser "uma operação altamente custosa." Agora, vão dar com os burros nágua, no espaço brasileiro, assim como já caíram de fundilhos em nosso subsolo.

★ O Imposto de Renda intensificou a remessa, a milhares de contribuintes — especialmente jornalistas, magistrados e professores —

de notificações complementares desde 1968. Todo o mundo, quase sem exceção, vem recebendo tais notificações com curto prazo para pagamento, multa e correção monetária. Segundo um técnico, indispósito particularmente contra jornalistas, isto terá afinal um caráter de equiparação social. Pois pagando glosas tardias nos seus impostos, essas classes estarão pagando, de fato, o imposto que não pagavam quando a lei as isentava. O raciocínio não deixa de ter a sua lógica.

★ Rio Doce, pequena cidade mineira de dois mil habitantes, deu domingo passado o título de cidadão honorário a Magalhães Pinto e, de repente, viu-se transformada em um grande comício político. Vinte deputados estaduais, dez deputados federais, prefeitos de toda a região — uma romaria cívica. Magalhães, emocionado, disse que sempre foi e continua sendo "um homem identificado com o dever do mandato político, tocado pela honra insubstituível da delegação popular". A festa de Rio Doce é tanto mais importante quando acontece no instante em que o PSD mineiro oferece ao ex-presidente da UDN seu espólio político e a liderança hoje vaga com a morte de Benedito Valadares. Pela primeira vez, desde muito tempo, Minas se une em silêncio.

UMA BRIGA QUE SÓ INTERESSA AOS EUA

AS COMPORTAS foram abertas. Mas desta vez não havia água para jorrar. Só ódios e interesses. "O imperialismo tenta fomentar a discórdia entre os países latino-americanos e agora, por exemplo, tenta criar inimizade entre a Argentina e o Brasil", disse o ex-presidente Juan Domingo Perón na, talvez, mais lúcida interpretação da guerra-de-palavras iniciada com o projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu e a abertura, na semana passada, das comportas de ilha Solteira. "Enquanto o projeto conjunto brasileiro e paraguaio de construção da usina hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, ainda represava ondas de acusações argentinas contra o Brasil, uma entrevista de Juan Domingo Perón publicada pela revista Manchete pareceu abrir algumas comportas de concórdia. Segundo Perón, as insinuações sobre um suposto imperialismo do Brasil fazem parte de uma campanha de provocações para desunir os povos

latino-americanos". (Veja, 28 de março de 1973).

Na mesma semana, o jornal Clarin, de Buenos Aires, publicou um artigo de Oscar Camilion — antigo subsecretário de Relações Exteriores de Frondizi e cotado para postos importantes no governo Cámapora. Camilion lembra as divergências e os problemas comuns para advertir: "Em um e outro casos, os inimigos dessas construções não residem, reciprocamente, em Buenos Aires e em Brasília, mas sim em grandes centros internacionais de poder". A quem interessa, então, a discórdia? O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Argentina, Arturo Dogliotti, em discurso pronunciado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, na semana passada, explicou que "os jornais brasileiros e argentinos, de um modo geral, se encarregaram de criar um clima de guerra psicológica entre os dois países" e que a disputa entre as nações "se dá muito mais entre títulos de jornais do que entre Chancelarias ou organismos de nível econômico". A quem interessa, então, a discórdia?

"Temos sido um pouco ásperos no estabelecimento de relações e na união com países irmãos: disso se tem aproveitando o imperialismo para nos lançar uns contra os outros. Agora, por exemplo, tenta inimizizar a Argentina com o Brasil, quando essas

nações são amigas, e isso também vale para o Chile, o Peru, a Bolívia e a Venezuela". Estas também são palavras de Juan Domingo Perón, desmentindo as afirmações de que ao justicialismo cabe as divergências entre os países. Isto, aliás, vale para muitas outras atividades. Lembren-se do Chile de Allende, de Cuba de Fidel, do Panamá de Terrijos, do Peru de Alvarado, do México de Cárdenas e de todos os governos nacionalistas da América Latina. De uma forma ou de outra, o imperialismo sempre conseguiu uma fonte de divergências. Sempre conseguiu a desunião. Sempre conseguiu o clima de agitação. Sempre conseguiu comprar, por preços aviltantes, o cobre, a cana, o direito ao Canal, o pescado, e petróleo, etc. A quem interessa, então, a discórdia? El Sol, do México, explica razoavelmente: "a integração da América Latina é necessária e urgente. Até agora, as grandes potências precisaram ou de alimentos ou

de matérias-primas e tomaram-nos por bem ou por mal. Atualmente, em face da ameaça de outros continuarem a se aproveitar de nós, temos de nos defender, e, para isso, devemos estar unidos, já que, com uma população de 300 milhões de pessoas, teremos peso internacional e seremos ouvidos". A quem interessa, então, a discórdia? Por não gostar de eufemismos, creio que é mais prático dar nomes aos bois. Quando da Argentina começaram a surgir acusações de um eixo Brasília-Washington, elas não estavam tão distanciadas da realidade. Não há, é verdade, um eixo. Há um pólo de tensão: Washington. Os Estados Unidos não estão satisfeitos com o

comportamento de seus irmãos do centro e do sul. No fim das contas, eles sempre foram tão bonzinhos, sempre nos ajudaram. Não mereciam. Isto o que vou provar, agora. Dividindo este trabalho em três partes — usina de Itaipu, usina de ilha Solteira e um quadro paralelo entre as duas nações, a partir de uma publicação do Jornal do Brasil —, mostrarei os aspectos mais controvertidos da questão. Numa coisa, no entanto, o leitor pode acreditar desde já: não cabe ao justicialismo, não cabe ao imperialismo brasileiro e não cabe aos latino-americanos qualquer responsabilidade. Ela tem um motivador maior: os Estados Unidos da América do Norte

Itaipu, a picada aberta para uma feliz dominação

1 — Em 22 de junho de 1966, assinada a Ata do Iguaçu, ficou estabelecido que a energia produzida desde o trecho que vai de Guaíra à foz do rio Iguaçu seria dividida em partes iguais entre o Brasil e o Paraguai. Estava tendo início a usina hidrelétrica de Itaipu. Depois, em 1967, foi criada a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai com a finalidade de fazer levantamentos técnicos do trecho. Três anos depois, esta comissão dá seu primeiro grande passo: estabelece um convênio entre a Eletrobrás, pelo Brasil, e a Ande, pelo Paraguai.

Deste convênio nasceu o projeto de Itaipu. Foram estudadas cerca de cinquenta soluções oferecidas pelo consórcio International Engineering Company, dos Estados Unidos, e Electro Consult SPA, da Itália, até chegar-se a que determinava uma barragem única em Itaipu, aproveitando todo o potencial do trecho, com cerca de 115 metros de altura. Eis suas dimensões: 11 milhões de metros cúbicos de concretagem na barragem; 27 milhões de metros cúbicos de enrocamento nos diques laterais; um quilômetro de extensão; 14 turbinas de um milhão de HP.

A potência desses 14 milhões de cavalos equivale a, aproximadamente, 10 milhões de kw. Didaticamente, um exemplo: toda a potência instalada no Brasil, atualmente, é de 14 milhões de kw. E quanto custará este monstro fabricante de energia? O custo de todo o complexo energético de Itaipu está orçado em dois bilhões de dólares, mais ou menos doze bilhões de cruzeiros. E quando estará pronto? Se, de fato, a construção for iniciada em 1974, como prevê o projeto, cálculos estimativos dizem que a primeira unidade estará funcionando em fins de 1981 ou início de 1982.

Quais os problemas técnicos daí decorrentes? Segundo o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, ex-ministro da Viação e Obras Públicas do governo Café Filho e ex-presidente da Eletrobrás no de Castelo Branco, não há o que temer: "as usinas não causam perturbações. O ideal, para qualquer país do mundo, no que se re-

fere ao regime fluvial, seria que seus rios tivessem uma descarga constante durante os 365 dias do ano. Através de diferentes processos, a técnica moderna procura criar este regime ideal, por meio de barragens de regularização".

Mais adiante, numa reportagem muito bem feita que **Manchete** publicou, o engenheiro Marcondes Ferraz afirma: "há uma crença generalizada entre o grande público de que as obras de represamento de um rio prejudicam a descarga das águas rio abaixo. Esta suposição é absolutamente improcedente, uma vez que as águas utilizadas e turbinadas são restituídas ao rio, que guarda assim seu eterno dinamismo. Compreendo que os leigos possam conceber tais idéias. Mas causam-se estranheza pronunciamentos como o do almirante Rojas, sabidamente um homem de gabarito profissional".

Outro depoimento: engenheiro Maurício Joppert da Silva, ex-ministro de Viação e Obras Públicas. Ele lembra que coube à Argentina o início dos estudos de aproveitamento do potencial energético do rio Paraná: o projeto argentino previa a construção de três usinas. Uma em Porto Iguaçu, com 7,4 milhões de kw; outra em Corpus, com 4,6 milhões de kw; e uma outra em Posadas, com 3,2 milhões de kw, o que perfaria um total de 15,2 milhões de kw e que permitia ao Brasil a exploração de apenas 4,4 milhões de kw no alto da queda. Nada mais.

Ainda é o engenheiro Maurício Joppert quem fala: "é lamentável que uma figura ilustre como o almirante Isaac Rojas, cheio de altos serviços prestados a seu país, tenha contribuído para que os argentinos formem uma opinião totalmente errada sobre a questão de Sete Quedas, com a publicação de um folheto repleto de equívocos e erros técnicos sobre as condições locais e as intenções do Brasil. Este folheto tem levado muito argentino de boa fé a tomar posição contra o Brasil. Esperamos que prevaleça a serenidade técnica, robustecida pela alta compreensão diplomática".

Bem, leitor, você já tem a uma panorâmica do que é a usina hidrelétrica de Itaipu. Já sabe quase tudo, em termos técnicos, sobre ela. Agora, vejamos o que se tem dito a seu respeito. O que de tolice e equívoco já se escreveu. Você pode identificar uma personagem, que com o desenrolar da história se torna mais importante: o almirante Isaac Rojas. Acompanhem todos os depoimentos feitos, sob o ponto de vista político. As acusações, as notas oficiais e as oficiosas. Nelas, uma constante impressionante: a desinformação.

"A ascensão dos peronistas ao poder significará o retorno a práticas demagógicas, ao estilo de seu chefe, e um aumento de hostilidades ao Brasil, para favorecer uma reunificação interna da sociedade, dividida por conflitos e contradições que se aguçaram após a queda do velho ditador". Esta informação foi apresentada pelo **Jornal do Brasil**, num estilo tipicamente editorial, lançando as acusações e as falsas informações aos superbatidos círculos diplomáticos brasileiros. Ao mesmo tempo, o **Itamarati**, o porta-voz dos círculos diplomáticos, não comentava o assunto.

"A instabilidade política e as dramáticas interrogações que o horizonte argentino sugere aos analistas mais experimentados de nossa diplomacia têm como ponto de referência, naturalmente, a importância daquele país, sua condição de vizinho e os reflexos que uma crise mais grave possam ter sobre o Brasil e a América Latina em geral". Isto, também é do **Jornal do Brasil**, que parte, quase histericamente, para a agressão a Perón: "deplora-se que a grande massa popular ignore os malefícios provocados pelo governo Perón à Argentina".

O **Jornal do Brasil**, definitivamente, é o Isaac Rojas caboclo. Aproveita-se de um estado de animosidade — que, diga-se, existe desde o sempre entre o Brasil e a Argentina — e parte para, fora da questão importante — a usina hidrelétrica de Itaipu — uma série de equívocos. A quem interessa a posição do jornal do doutor Nascimento Brito? Evidentemente, como disse Perón no México, "ao imperialismo — leia-se: Estados Unidos da América do Norte —, que nos quer ver desunidos para continuar a levar, por bem ou por mal, nossas riquezas".

Na Argentina, contudo, a situação não muda muito. El Cronista Comercial afirmou que a vitória do justicialismo "poterá levar o Paraguai a rever sua posição em relação ao aproveitamento dos rios e a adotar uma política "pendular entre seus dois grandes vizinhos". Adiante: "é de se esperar que a tradicional amizade entre o presidente Stroess-

ner e o líder do justicialismo triunfante nas eleições estimule o governo paraguaio a não criar fatos consumados antes do posse das novas autoridades argentinas". É um verdadeiro festival de mal entendidos, esta nota.

O que o jornal argentino provavelmente não sabe — ou não lhe interessa divulgar para não desagradar a seu financiadores — é que desde 1967 há um documento firmado entre os governos do Paraguai e do Brasil, em relação à construção da usina hidrelétrica. E, além disso, o líder do justicialismo — Perón, nunca Campora, que é seu valet-de-chambre — já emitiu sua opinião: absolutamente contrária à de El Cronista Comercial. Com quem ficaremos, então? Com o líder do partido vencedor na Argentina ou com um suposto porta-voz?

O Estado de São Paulo também dá sua contribuição a este desenvolvimento de informações deformadas: "de acordo com círculos diplomáticos, o Brasil faz duas objeções à rota argentina sobre a hidrelétrica de Itaipu: a ênfase dada na nota a um acordo entre os chanceleres dos dois países, em Nova Iorque, e a insinuação de que enquanto as informações prévias sobre os aspectos técnicos da obra não satisfizerem aos argentinos, a construção não poderá ser iniciada". Não é bem assim. O que aconteceu, pode ser resumido em oito linhas datilografadas:

Em função de uma série de declarações conflitantes, muitas delas partidas do folheto mandado imprimir pelo almirante Isaac Rojas, o governo da Argentina determinou a publicação de uma nota oficial. Nela são contestadas quase todas as informações do almirante anti-usina e é enfocada a verdadeira posição do governo. Era, segundo se depreendeu, uma velada ameaça para que as coisas parassem. Mas não adiantou, também. Em momento algum deu-se ênfase ao acordo entre os chanceleres, embora ele de fato existia, e não se insinuou nada. Está tudo claro. É só ler **O Globo**, de Roberto Marinho.

Para encerrar esta primeira parte, mais algumas palavras de Juan Domingo Perón: "a melhor forma de governo para os países da América Latina seria um sistema que poderia parecer socialismo, mas que eu chamo de democracia integrada, onde não haja muitos ricos nem muitos pobres e, se possível, não existam partidos de oposição, mas, se os houver, que façam oposição construtiva e não negativa. E tudo isso se chama, precisamente, justicialismo". É uma palavra, uma voz entre 300 milhões de habitantes, e esses precisam e querem ser ouvidos. E não mais servir de pasto.

Após anos de construção, a ilha Solteira tornou-se o polo de tensão. Para quê?

2 — Há quase cem anos, todas as vezes que o governo é trocado, tanto na Argentina como no Brasil, todos se indagam como será feito o relacionamento entre os dois países. Como não podia deixar de acontecer, a eleição, por voto popular direto, de Hector Campora para a Casa Rosada, reacendeu as velhas rivalidades, as esquecidas disputas e, com o vento frio dos interesses imperialistas, renasceu uma quase morta e apagada brasa. A brasa da disputa pela liderança latino-americana, que só existe a partir da vontade da desunião.

O tempo, claro e límpido, tornou-se instável, sujeito a chuvas, trovoadas e rajadas de ventos frios. Os agasalhos da discórdia foram retirados das gavetas naftalinadas e a imprensa descobriu que a usina de ilha Solteira é, depois de tantos anos de construção, um prato típico argentino-brasileiro. E ele foi aquecido ao fogo de muita tinta, muito papel e muita mentira. Deverá ser servido, nos dois países, aos leitores, ávidos, por própria estrutura, de emoções fortes. De indigestões. E novamente o laxativo do bom-senso desaparecerá das farmácias.

Está em O Globo: "O governo argentino após-se à decisão do Brasil de iniciar o enchimento da barragem de ilha Solteira, construída no rio Paraná pelas Centrais Elétricas de São Paulo. Em nota apresentada ao presidente da Comissão Intergovernamental da Bacia do Prata, Alberto Guzmán Soriano, a Argentina observa que o governo brasileiro não fez as comunicações prévias a que se obrigou pelo Acordo de Estocolmo e afirma que os técnicos argentino fazem atualmente uma avaliação da situação no curso superior do rio Paraná".

No dia seguinte, domingo, 1.º de abril, o Jornal do Brasil informava assim: "o governo brasileiro respondeu ao protesto da Argentina contra o enchimento da barragem de ilha Solteira dizendo que obedeceu às mesmas regras quando do fechamento de Jupia e que a operação foi transmitida à Chancelaria argentina, ao embaixador argentino no Brasil e anunciada na imprensa e no Diário Oficial. A resposta brasileira consta de nota entregue ao presidente do Comitê Coordenador da Bacia do Prata, em Buenos Aires". Tinha

sido iniciada a guerrilha energética.

A partir daí, leitor, você passou a encontrar, em todos os jornais do Brasil e da Argentina, as mais estranhas manchetes. Era a guerra. Era trais um conflito entre os países. Não havia como duvidar que, desta vez, as coisas não seriam repostas em seus lugares. Mas foram. A viagem, no fim da semana passada, do chanceler Mario Gibson Barboza a Washington, quando se encontrou, ocasionalmente, com o Chanceler Eduardo McLoughlin, da Argentina, em Nova Iorque, foi o primeiro de uma série de contatos com vista a revisão dos problemas entre as duas nações.

E, de novo, fez-se a paz. Antes, porém, muito foi dito. El Mercurio, do Chile, por exemplo, afirmou que "o advento do peronismo na Argentina deverá precipitar um conflito nas relações entre argentinos e brasileiros, cujo país se ergue, cada vez mais, como um gigante capitalista da América do Sul." Sobre a ilha Solteira, disse que "os trabalhos já estão prontos" e que a Argentina "pediu maiores informações sobre os efeitos ecológicos que o projeto possa ter". Não é bem assim. Ninguém pediu informação a ninguém. Não há conflitos, nem capitalismo. Explico:

Evidentemente, por força de formação econômica, o Brasil é um país capitalista. Na mesma proporção em que isto é verdade, não é menos real que nossa política externa, principalmente em relação aos países latino-americanos, é imperialista. Não é que eu concorde com isso. Mas é uma inércia aos regimes capitalistas. E no mundo atual, até prova em contrário, só há esta opção: capitalismo ou comunismo. Como o Brasil não é comunista, sobra-lhe, como consequência, o capitalismo. Mas deixemos isto de lado e sigamos com a ilha Solteira.

Não houve, em momento algum da construção da barragem, qualquer consulta em nível técnico. Mesmo porque, dentro da concordância estabelecida pelos acordos internacionais, esta questão foi devidamente satisfeita. Ademais, o enchimento da barragem, segundo o engenheiro Lucas Nogueira Garcez, é "uma operação mecânica de fechamento de comportas, que servirá para formar um lago, sem prejudicar a vazão do rio Paraná. Pe-

lo contrário, o rio deverá descer para o sul com o dobro da vazão verificada nos últimos 46 anos, razão pela qual não há motivo de preocupação".

Porém, isto não satisfazia à necessidade de vender jornal. E tome manchetes sobre a ilha Solteira. O Clarin de Buenos Aires, por exemplo, não perdeu a oportunidade: recomendou ao governo argentino urgentes e inadiáveis consultas ao Brasil sobre as barragens de ilha Solteira e Itaipu, criticou o Acordo de Nova Iorque e disse que devem prevalecer as consultas recíprocas. "A luz desta realidade, devem ser examinados os problemas diplomáticos e jurídicos ou um eventual aperfeiçoamento ou reformulação do acordo, que não está sendo cumprido".

Logo depois foi a vez do presidente-eleito Hector Campora permitir-se a declarações estranhas — e é bom que se diga aqui que estas foram formuladas antes do encontro de Campora com Peron, em Madrid, quando o líder do justicialismo fez valer sua liderança e mostrou, na entrevista que citei a El Sol, que tudo isto não passa de manobras imperialistas, que seus liderados haviam encampado. Volto a Campora e suas informações em Roma: "a iniciativa do diálogo deve partir do Brasil. Estou, como sempre estive, pronto para dialogar".

Após recordar a "secular e perfeita amizade argentino-brasileira", Campora se confessou um adepto do "regime de consultas e de troca de informações" no tempo mais oportuno. Disse que "serão dificuldades facilmente superáveis pelo diálogo franco. E o diálogo franco, a meu ver, só pode ser feito à base de uma reciprocidade de informações e consultas". Sobre a tendência expansionista e capitalista do Brasil, após muito riso, Campora afirmou: "não, absolutamente, não acredito que qualquer país ou qualquer governo latino-americano se preste ao papel de guardião de outras potências".

Inverti, aqui nesta segunda parte, a ordem da colocação dos assuntos, como o leitor percebeu. Preferi iniciar com as alterações políticas para depois, que será agora, mostrar o que é, realmente, o enchimento da barragem de ilha Solteira. Vamos lá, então. Um grande lago — 1.230 quilômetros quadrados — começou a

encher no sábado, dia 31 de março. Mas sua verdadeira dimensão só aparecerá quando as vinte turbinas iniciarem a operação. Ai, então, o rio Paraná será navegável o ano todo e se recuperará da atual vazão de 2.640 metros cúbicos por segundo.

"O lago, ao atingir em julho próximo a cota de 314 metros, ocupará uma área de 830 quilômetros quadrados, com um volume de águas da ordem de 8,3 bilhões de metros cúbicos. Na fase final, 1974, o reservatório atingirá o nível de 328 metros, três abaixo da crista da barragem, e as águas — um volume de 21,16 bilhões de metros cúbicos — cobrirão 1231 quilômetros quadrados, equivalentes a mais de dois terços da área do município de São Paulo". (Do Jornal do Brasil, 3 de abril de 1973, numa das melhores coberturas jornalísticas sobre o enchimento de ilha Solteira).

Quem se aproveitará desta enorme quantidade de água? A hidrelétrica de ilha Solteira beneficiará, principalmente, a região sudeste do país, que consome quase os 80 por cento de toda a energia produzida no Brasil. Nessa região, onde vive a metade da população brasileira, são gerados os 60 por cento do Produto Nacional Bruto, os 76 por cento da produção industrial e os 42 por cento da produção agropecuária. Uma região carente de energia para produzir e melhor distribuir esta produção. Uma região privilegiada, dirá o leitor. E é a verdade nacional.

Formada a barragem, o lago quase cheio, começa a funcionar no início de julho a primeira das vinte turbinas de ilha Solteira, com a capacidade por unidade de 160 mil kw e cujo término de construção está previsto para 1977. A primeira unidade, segundo os planos iniciais, deveria entrar em funcionamento em 1974, mas a racionalização dos serviços e a experiência adquirida em Jupia permitiram a antecipação de quase seis meses, incluindo os períodos de testes. Está aí a barragem de ilha Solteira sendo preparada para gerar energia. Que seja para melhor, espero.

Para encerrar esta segunda parte, mais algumas palavras de Juan Domingo Peron: "a integração de toda a América Latina é uma causa da qual não nos podemos afastar. Ela representa, em última instância, o esforço e a vontade de 300 milhões de pessoas, analfabetas e, desalimentadas, que já sabem o que querem, que sabem por onde caminhar, que querem abrir seu próprio caminho. A integração latino-americana é uma questão de sobrevivência para a soberania dos países da região, ameaçada, dia a dia, hora a hora, pela dominação imperialista".

Ambas se sentem nações oprimidas

3 — Agora, as comportas estão fechadas. Não há mais água. Não há mais ódio. Abro, então, as portas aos estatísticos. Aos estudiosos das questões econômicas, aos que vêm nos números o poder de comunicação. Abro as portas, primeiramente, ao deputado Euripedes Cardoso de Meneses, arnista pela Guanabara, que garantiu que tanto a Associação Latino-Americana de Livre Comércio quanto o Pacto Andino estão falidos. E, como uma pitoniza fracassada, diz que o ano de 1974 será decisivo para o Brasil em relação ao processo de integração econômica.

“Não estamos diante de um dilema e sim de uma encruzilhada”, diz Cardoso de Meneses, porque acha *significativos* os contatos entre a Argentina e os países do Grupo Andino. “Deverá criar-se, até o fim deste ano, uma comissão andino-argentina destinada a programar uma aproximação da Argentina com aquele subgrupo. Assim, farão parte do Pacto Andino dois países grandes: o México e a Argentina. E quem ficará de fora? O Brasil”. Elementar, meu caro Meneses. Se o Brasil não iniciar contatos nesta área, evidentemente ficará de fora. E todos gritarão, como você grita agora. Sem razão.

Cheio de pruridos lusitanos, Cardoso de Meneses não deixou por menos: “nossa exclusão nos obrigará, senão a virar de novo as costas para o continente, ao menos a intensificar o comércio triangular do passado com a África e Portugal no núcleo geo-histórico do Atlântico Sul. Ademais, não somos de língua espanhola; nossas raízes estão em Portugal e na África”. Claro, Meneses, nossas raízes estão em Portugal e em Portugal está um estúpido e imbecil colonialismo, do qual certamente você pensou em se utilizar, quando “viramos as costas para o continente”.

Deixemos o Cardoso de Meneses de lado — ou, melhor, chamemo-lo para nos acompanhar na leitura desta matéria, publicada no *Jornal do Brasil* de domingo, 1º de abril, da qual fiz referência da abertura da matéria. É uma panorâmica da relação entre Brasil e Argentina, certamente feita pelo Departamento de Pesquisa do JB, embora não tenha sido citado, e uma das coisas mais importantes já publicadas desde que a discussão entre os dois paí-

ses passou a encher páginas e mais páginas de noticiário internacional e sacos e mais sacos de quem tem um pouco de bom-senso.

“Enquanto o último censo do Brasil indicava o total de 96 milhões de habitantes (já agora 100 milhões) nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território brasileiro, o da Argentina apontava 23,5 milhões, para 2,7 milhões de quilômetros quadrados. Nos dois casos, a população está concentrada principalmente na área urbana, mas tal tendência na Argentina, que tem 80,4 por cento de seus habitantes na cidade e se destaca como um dos países mais urbanizados do mundo, é ainda mais acentuada. No Brasil, a percentagem é de 55,9 por cento nas áreas urbanas.

A taxa de crescimento demográfico do Brasil é quase o dobro da Argentina — 2,9 por cento contra 1,5 por cento ao ano. A dos argentinos representa um dos índices mais baixos entre os grandes países da América Latina. Segundo esses números, até 1980 o Brasil terá 126 milhões de habitantes e a Argentina 27,2 milhões. O Brasil destina 7,9 por cento de suas dotações para a educação, conforme números do BID. Na Argentina, essas dotações representam 15,3 por cento. Os argentinos registram uma das taxas de alfabetização mais elevadas do mundo: 91,5 por cento. No Brasil o índice é ainda muito reduzido: 61,9 por cento.

Devido ao interesse permanente nos programas de alfabetização de adultos na Argentina — diz o informe anual do BID, divulgado em 1972 — calcula-se que o analfabetismo tenha caído a menos de 6 por cento entre a população de mais de 15 anos. No Brasil, também foi desencadeado um programa permanente de alfabetização, com o objetivo de reduzir o índice atual, que indica a presença de 33,1 por cento de analfabetos entre os habitantes de mais de quinze anos de idade.

O Produto Nacional Bruto *per capita*, segundo o relatório publicado em dezembro de 1972 pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, totalizou 270 dólares no Brasil e 1.060 dólares na Argentina. O último informe do BID observa que, estimulado em grande parte por aumentos excepcionais nas exportações e na produção industrial, o Produto Interno Bruto real do Brasil se expandiu em 1968 a um ritmo de 9,3 por cento, em 1969 a 9 por cento, em 1970 a 9,5 por cento e em 1971 a 11,3 por cento.

Na Argentina, o Produto Interno Bruto real aumentou em 1971 apenas 3,8 por cento contra 4,1 por cento em 1970 e a média de 6,2 por cento registrada em 1968/69. Os setores econômicos que mais contribuíram para a redução da taxa de crescimento da economia em 1971 foram o agropecuário, que

Números, prova de que há o interesse

declinou em 2,6 por cento, e o da construção, que cresceu apenas 0,1 por cento — contra a média anual de 13 por cento no período 1967/70. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina, o Brasil possui a marinha mercante mais importante da América Latina: 216 embarcações, correspondentes a 1.222 mil tdw. A tonelagem da Argentina, segunda colocada, totaliza 1.044 mil tdw para 183 embarcações.

Em matéria de rodovias, o Brasil totalizou 64 mil quilômetros quando as estradas da Argentina somavam 215 mil. Os números das ferrovias também favorecem aos argentinos: 42 mil quilômetros contra 32 mil do Brasil. No mesmo período, os veículos de passageiros em uso no Brasil somavam 1.500 mil contra os 1.100 mil da Argentina. Também os comerciais são mais numerosos no Brasil: 953 mil contra 652 mil. Em 1969, o total de telefones era de 1.560 mil no Brasil e 1.599 mil na Argentina.

O substancial aumento das importações argentinas frente à redução das exportações criou uma crise no balanço de pagamentos em 1971 que até forçou o governo, no fim do ano, a impor taxas — reduzidas depois, gradativamente — capazes de limitar a entrada de produtos. No Brasil, as importações também alcançam os níveis de 1967 a 1970, elas cresceram em 1967 a 1970, elas cresceram de 1.441 milhões de dólares (FOB) a 2.507 milhões, ou seja, 74 por cento. No caso brasileiro, 50 por cento do aumento pode ser atribuído às maiores compras de bens de capital (37,1 por cento das importações). Os produtos intermediários representaram 35,1 por cento das importações e os bens de consumo caíram de 9,9 por cento para 9,6 por cento.

Na Argentina, a participação de bens de capital no total das importações se elevou a 25,1 por cento em fins de 1971; a de bens intermediários representou 62,2 por cento e a de bens de consumo, graças às restrições impostas, baixou a 3,5 por cento. No total, a importação de bens foi de 1,9 bilhão de dólares em 1971 (contra 3,2 bilhões do Brasil). No Brasil, a atuação do setor externo desempenhou um papel fundamental na recente expansão econômica. O *superavit* do balanço de pagamentos elevou-se à média anual superior a 540

milhões de dólares, mantendo a tendência em 1971, segundo o informe do BID. Na Argentina, no entanto, o comércio exterior mostrou uma deterioração significativa em 1971.

As exportações de bens pela Argentina caíram em 3,6 por cento em 1971 devido à redução das remessas de carne, trigo e óleos comestíveis, só parcialmente compensadas pela melhoria nos preços da carne e pelas maiores vendas de milho e sorgo. No Brasil, as exportações de bens alcançaram um nível extraordinário já em 1970 e chegaram à cifra de 2,7 bilhões de dólares (contra 1,7 bilhão da Argentina). Em 1971, chegaram a 2,9 bilhões e em 1972 a mais de 3,5 bilhões. Papel importante coube ao aumento do café e à duplicação das vendas de minério de ferro. As exportações de manufaturas do Brasil foram responsáveis em 1970 por 23 por cento da expansão das vendas externas.

O rápido aumento da produção total brasileira, no período 1968/70, foi acompanhado, segundo o BID, de uma mudança acentuada na participação relativa dos principais setores no Produto Interno Bruto. A contribuição da indústria ao Produto Interno Bruto se elevou de 32,2 por cento em 1967 a 34,7 por cento em 1970, enquanto a da agricultura caiu de 23 por cento a 20,2 por cento. De acordo com dados oficiais de 1970, 44 por cento da força de trabalho passaram a ser empregados no setor agrícola, 38 por cento no de serviços e 18 por cento no industrial.

Na Argentina, o crescimento setorial no período de 1960/70 — como também o da economia geral — foi lento, refletindo a falta de continuidade na política e a incerteza criada nos setores produtivos. A indústria manufatureira, setor dinâmico dentro da economia argentina, experimentou, durante a década passada, fortes flutuações. Apesar disso, melhorou sua importância relativa no Produto Interno Bruto de 31,1 por cento em 1960 para 35,6 por cento em 1970. O setor agropecuário perdeu importância relativa dentro do PIB: passou de 16,6 por cento em 1960 para 13,5 por cento em 1970.

Está aí. Os números, frios e analíticos, dão a verdadeira dimensão regional. Mostram que há muito de comum entre o Brasil e a Argentina. Muito que precisa ser modificado, provavelmente através de reformas ousadas e urgentes. Muito há que se fazer para que cheguemos, brasileiros e argentinos, à condição de grandes potências. E não será com *briguinhas, guerrinhas* e discussões que conseguiremos vencer o inimigo comum: o imperialismo. Ele, quieto, espreguiçado, feliz, a oportunidade de um choque mais violento, de uma desunião mais efetiva: porque aí estará a sua salvação. E ele nos dominará a todos.

CASTELO DE CARTAS

Carlos Lacerda sempre se queixou de não haver um ponto de ironia na linguagem de jornal. Seria mais fácil para o desatento leitor, o vago, o alienado, o fronteiriço, compreender nossas sangradas entrelinhas. E participar conosco do amargo travo do silêncio imposto.

Outro Carlos, o Castelo Branco, professor de jornalismo político de todos nós, anda muito necessitado de um ponto de ironia. Na sua famosa *Coluna*, hoje trisemanal, do *JB*, filoso-

fando sobre o já visto e o já ouvido, disse coisas impressionantes:

a) "Não há dúvida de que os êxitos (econômicos do governo) são espetaculares". Ora, espetacular não é um adjetivo nem da sabedoria mineira onde Castelo bebeu lições nem de seu cético distanciamento a la Brecht.

b) "O governo deu-nos a ordem nas ruas". Será que Castelo se mudou para Conceição do Mato Dentro, Jaguaquara, Pasárgada? Com assaltos nacionais por dia, milhares de assassinados do trânsito e o

resto, e o resto, e o resto. O que é rua? O que é ordem, professor?

c) "O êxito funda-se na colaboração com a classe dirigente, que é a militar, dos técnicos e dos empresários". Quer dizer que só os técnicos e empresários colaboram com o governo? Somados os três grupos, não temos 10% do país. E a Arena não diz que o governo tem o apoio (logo, a colaboração) de todo o país? Em quem acreditar? Nas cartas de Castelo ou no castelo de cartas do Filinto?

For mim, fico com meu professor.

RESERVADO

1 — Devo pedir desculpas ao *Jornal da Tarde* (excelente filho vespertino do *Estadão*) pela crise editorial que POLITIKA (involuntariamente, é claro) provocou. Mauro Santayana foi ao Chile cobrir para nós as eleições do dia 4 de março. Lá, pelo telex de uma agência de notícias, mandou uma de suas competentíssimas reportagens. No dia seguinte, a matéria de Santayana, que deveria esbarrar na redação de POLITIKA, saiu com todo destaque no *Jornal da Tarde*, com a assinatura de Ricardo Seti, correspondente dos Mesquita em Santiago, e o título grande no meio da página: *As Esquerdas Contentes Com o Resultado*. Foi um escândalo. A matéria contrariava toda a jogada política do *Estadão* no Chile, que é de combate aberto a Allende e apoio incondicional à oposição, sobretudo pelas velhas ligações dos Mesquita com *O Mercurio* chileno, que é o *Estadão* de lá. Rui Mesquita Filho entrou na redação com o jornal amassado e chamou Murilo Felisberto:

— Demite o Ricardo agora. Ele enlouqueceu. Aderiu estupidamente ao Allende, traindo nossa confiança.

Em Santiago, Ricardo recebe o rádio de Felisberto. Não entende. Depois, começam a chegar telegramas de São Paulo dando-lhe parabéns pela lucidez e isenção da análise. Pega um avião e corre para São Paulo. Era evidente o equívoco.

Vejam vocês que, no fim, os poderosos levam sempre vantagem. Com a matéria do Santayana, o *Jornal da Tarde* melhorou de imagem junto a muitos de seus leitores. E os leitores de POLITIKA foram (involuntariamente, é também claro) furtados pela estrela magnífica dos Mesquita.

2 — Nas eleições do mês passado, em Paris, houve um resultado que era notícia no Brasil e, não sei porque, nossa imprensa rica não disse nada. Georges Bidault, ex-

primeiro-ministro e depois líder dos terroristas da OES (Organização do Exército Secreto), foi candidato a deputado por Paris, na legenda da ultra-direita. Teve apenas 1.201 votos. Os eleitos por Paris sempre têm acima de 50 mil votos. Onde se vê que a votação de Bidault foi de um ridículo total. Lembrem-se dele? Em 1962, 63, princípio de 64, ele acampou em Campinas, transava muito entre São Paulo e Rio, organizou estranhíssimos grupos de direita, deu assessoria ao IBAD, ao IPES e outros bichos. O povo francês o enterrou. Estava na hora de seus aliados de São Paulo e da Guanabara (sobretudo da Guanabara) mandarem buscá-lo para um merecido enterro de terceira.

3 — Leio, no *Jornal do Brasil*, um artigo sobre a Geopolítica de Integração Nacional, assinado por Carlos de Meira Matos, certamente homônimo do ilustre general Meira Matos. (Nesses casos, o jornal deve sempre explicar aos leitores que um não é o outro, para evitar a má informação). A matéria é apresentada com boa técnica de exposição e demonstra familiaridade com o assunto. Quando acabei de ler, tive a sensação de estar lendo pela segunda vez. E lembrei que, embora com outra forma, tudo aquilo eu já ouvira e lera nos inúmeros e repetidíssimos discursos com que o então presidente Juscelino Kubitschek se esforçou para convencer o país de que Brasília, a Belém-Brasília, a Marcha para o Oeste, toda a operação Amazônia-Brasil Central, que ele executou, era de fundamental importância exata mente para a geopolítica de integração nacional. Naquela época, a UDN fez loucuras para tentar impedir essa mesma integração nacional que é hoje o feijão com arroz da promoção de sua filha mestica, a Arena, e do governo. Como quem escrevia a maioria dos discursos de JK era

Augusto Frederico Schmidt e Alvaro Lins, seria bom que os escribas do segundo tempo da conquista da Amazônia, sobretudo os competentes como o Sr. Carlos de Meira Matos, usassem o velho, são e modesto costume ensinado pelos gregos de, tratando de assuntos já por outros versados, citar os que antes e melhor escreveram sobre o mesmo tema. Quando não por conveniente modéstia, ao menos pela sabedoria de não querer parecer estar descobrindo a pólvora.

4 — Anuncia a Arena da Guanabara que o deputado Clóvis Stenzel, primeiro suplente da bancada da Arena gaúcha, inscreveu-se no partido no Rio e disputará votos cariocas para a Câmara Federal. Ótimo. O Rio é mesmo a grande mãe Joana, de peito aberto para gozo e paz de todos os que aqui chegam. Mas será que Nina Ribeiro, Euripedes Cardoso de Menezes, Danton Jobim e outros já não bastam? Tenho medo de que o doutor Stenzel seja uma dose para elefante. Ele é conhecido em algumas rodas como o Richelieu da Arena: está sempre dizendo falar em nome de um rei que nunca confirma. Mas não é o pior. O grave, gravíssimo, é que o doutor Stenzel chega aqui por mãos estranhíssimas, calejadas em anos e anos de contar percentagens. Quando os irmãos Bobagem arrendaram o Correio da Manhã, Hélio Fernandes liquidou a operação com uma frase antológica que ainda hoje queima o rosto de ministros transportadores e empresários transamazônicos: "Para quê empreiteiro quer jornal?" A nova pergunta é também coberta de asfálticos mistérios: Para quê empreiteiro quer deputado? E ainda: Para quê a TAA quer deputado? Depois ainda há uns pessimistas que negam a modernização do Poder Legislativo. Ela está chegando aí, no tobogã da Bolsa e na infinita fumaça das estradas.

Plantão

1 — Quando descobriu que Benedito Valadares, protegido de Getúlio, foi dentista em Pará de Minas; e Hector Campora, protegido de Peron, foi dentista em San Andres de Giles, na Argentina, o deputado José Bonifácio mandou fazer uma pesquisa em Mato Grosso e descobriu que o senador Filinto Muller (protegido de quem?) andou arrancando dentes em Campo Grande, antes de arrancar unhas no Rio de Janeiro.

2 — Para mim, o Zóximo é um dos mais finos humoristas do país. Esta semana, em sua coluna caixa alta no *Jornal do Brasil*, depois de uma série de notas sobre o pessoal do society, concluiu assim, no mesmo ritmo e no mesmo tom: "O cavalo Conde Xavier estréia nas pistas cariocas no sábado". É notícia certa no lugar certo.

3 — O senador Virgílio Távora (Arena-Ceará), que passou os antigos governos (de Getúlio a Jango) cuidando da reforma de suas próprias comissões e das de José Cândido Ferraz no Ministério da Viação e no DNER, é agora o relator da comissão que cuida de reformar o programa da Arena. Preparou um anteprojeto que fala de "independência dos poderes, maior autenticidade dos mandatos políticos, resguardo das garantias individuais e das liberdades públicas, primado do estado de direito e liberdade de pensamento". Se eu não conhecesse o famoso coronel Virgílio, ia à Candelária mandar rezar uma missa pela sua boa alma. Como conheço, fico com pena do Tesouro Nacional. Vem sangria aí.

4 — Chagas Freitas, no discurso sobre os 9 anos do 31 de março, disse que "a Revolução restaurou no Brasil o conceito dos valores morais", que hoje "há decência na vida pública brasileira". Fiquei sem saber em quem acreditar: se no deputado Ademir de Barros Filhos (Arena-SP), que está no Supremo Tribunal Federal com uma ação contra Chagas, acusando-o de haver roubado o jornal *A Notícia*, que era de seu pai; ou se no próprio Chagas Freitas, que está querendo me convencer de que moral e decência querem dizer furtar e ser premiado.

5 — O ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes, conhecido entre os amigos como Eu sei que vou te amar (apenas por culpa do poeta-cantor Vinícius de Moraes), vetou o projeto do deputado Francisco Amaral (MDB-SP) que obrigava as empresas privadas, com mais de 30 empregados, a manterem uma percentagem de 10% de trabalhadores entre 46 e 65 anos, desde que fisicamente habilitados. E justificou o veto assim: "Não obstante o possível alcance social do projeto, suas disposições pedem constituir-se em limitações à empresa em busca de melhores índices de produtividade".

COMO VAI O NORDESTE? OS NÚMEROS DIZEM QUE MUITO MAL

COMO vai o Nordeste?

O Nordeste não vai bem, como todo mundo sabe. E quem prova isso é a *Revista Econômica do Banco do Nordeste do Brasil*, ano III, nº 10, mostrando que, no primeiro semestre de 1971, o Nordeste exportou mercadorias, para o exterior, no valor de US\$ 142,9 milhões. Comparando-se aos resultados alcançados em 1970, ocorreu um decréscimo de 17,6 por cento na receita proveniente de exportações. Exportadora de matérias-primas em geral e de outros produtos agrícolas, a cada ano a região vê os preços de seus produtos aviltados. A exportação de cacau (amêndoas e mantelga), cujo único produtor e expo único regional é a Bahia, produziu no primeiro semestre de 1971 uma receita de US\$ 38.742 mil contra US\$ 27.863 mil no primeiro semestre do ano de 1970, quando foram vendidas 39.054 toneladas, enquanto

que, em igual período de 1971, as exportações atingiram 43.264 toneladas. Paralelamente, o preço médio do produto reduziu-se, gradativamente, passando de US\$ 895,45, toneladas para US\$ 713,44, toneladas. E não foi somente o cacau. Da própria Bahia vêm os dados referentes às exportações de sisal. Juntos, a Paraíba e a Bahia são os dois maiores produtores brasileiros de suas fibras. Nos primeiros seis meses de 1971, a região exportou 68.495 toneladas, auferindo uma receita de US\$ 6.498 mil, registrando-se, assim, um acréscimo de 7,7 por cento na quantidade e 23,3 por cento no total da receita. O preço médio, mais uma vez, repete o exemplo do cacau, passando de US\$ 123,63 para US\$ 102,78/toneladas. E por aí a coisa vai indo. Com a cera de carnaúba, o óleo de mamona, o fumo em folhas, a castanha-do-caju e até com o próprio sistema rudimentar da pesca,

destacando-se, particularmente, a lagosta. São decréscimos na receita que se verifica a cada ano, servindo para agravar ainda mais as dificuldades regionais. Escrava de uma comercialização quase primitiva, a estrutura empresarial nordestina é baseada fundamentalmente na exportação de produtos primários, que têm os preços fixados sempre pelas nações compradoras, entrando no círculo vicioso típico do subdesenvolvimento. Observem que o Nordeste, ao final dessa década, deverá possuir 40 milhões de habitantes. A população presente é de pouco mais de 30 milhões, com uma taxa demográfica anual de 2,5 por cento. Enquanto isso, a taxa de crescimento da população radicada nos centros urbanos da região atingiu 4,6 do ano, enquanto a da população rural situou-se em torno de 1,2 por cento ao ano. Cerca de

42 por cento da população nordestina vive nas áreas urbanas. Aumentando os problemas, conseqüentemente, sócio-econômicos da região. Essa hora é a de se perguntar: e a Sudene? Parodiando a linguagem criada por essa admirável juventude brasileira, diríamos: *A Sudene já era*. Vejamos porque. Criada em 15 de dezembro de 1959 pela lei nº 3.692, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, durante os primeiros seis anos dos doze de sua existência, era a única a habilitar projetos industriais e receber incentivos fiscais, correspondentes a 50 por cento do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas. Em 1966, a lei nº 5.174 estendeu o estímulo aos projetos que a Sudam aprovasse, por interessarem ao desenvolvimento da região amazônica. Ainda em 1966, o decreto-lei nº 55 incluiu na área do estímulo o turismo, inicialmente dentro da mesma faixa instituída pra a Sudene e, depois, para a Sudam, que foi reduzida para 80 por cento em 1967. Também em 1966, a lei nº 5.106 autorizou o desconto de 50 por cento do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas para a aplicação em reflorestamento. Em 1967, o decreto-lei nº 221 declarou que as pessoas jurídicas poderiam deduzir 25 por cento do Imposto de Renda devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras aprovadas pela Sudepe. Isso quer dizer que se até 1966 a fatia de 50 por cento do Imposto de Renda, utilizável como incentivo fiscal à iniciativa privada, cabia à área da Sudene, de então em diante passou a repartir-se pela Sudene, Sudam, Ibdif, Embratur e Sudepe. E o pior: além de assim subdividida, ela foi reduzida para 25 por cento, pois o decreto-lei nº 1.106, de 1970, destacou 15 por cento para o Plano de Integração Nacional (Transamazônica) e o decreto-lei nº 1.179 de 1971, retirou mais 10 por cento para o Proterra. Então, a fatia de 50 por cento, dividida pela Sudene, Sudam, Ibdif, Embratur e Sudepe, reduziu-se a 25 por cento. E mais: de outra parte, com a crescente divulgação da existência desses organismos de desenvolvimento regional ou setorial, o número de projetos aprovados se elevou acentuada e velozmente. Antes, o contribuinte pagava a corretagem para investir o Imposto de Renda, dedutível.

Tantos são os problemas, que só há desânimo

Depois passaram as empresas empreendedoras a pagá-lo. Inicialmente, a taxa era de 1 por cento. Agora, embora a Sudene tenha estabelecido a taxa máxima de 4 por cento, a correção exigida pelo mercado é superior a 10 por cento. Além disso, vai-se desenvolvendo a prática de conseguir os corretores de produção, com procurações em branco, para negociá-la a 20, 25, 33 por cento e até mais. A consequência desses fatos é que os projetos industriais, depois de absorverem recursos ponderáveis, encontram dificuldades de se implantar completamente. Paralisam-se ou atrasam-se, com enormes desperdícios de recursos e com a agravação progressiva de sua posição, pois passam a suportar custos financeiros pesados, sem a contrapartida do faturamento que lhes outorgaria capacidade de pagamento e rentabilidade. Portanto, o esvaziamento da Sudene é um fato fora de discussão.

A crise econômica existente no Nordeste atual, apesar dos slogans e das matérias pagas que inundam as redações dos jornais brasileiros, patrocinadas pelos governos estaduais, é real e constatável numa simples visita que se faça à região. *E enquanto não se fizer a reforma agrária que necessita a região, os Centros Industriais não passarão de meros paliativos.* Um sistema feudalista enquistado solidamente no poder é o que existe no Nordeste. E para quebrar essa estrutura pré-capitalista, somente a Reforma Agrária. Não adianta mais apresentar a seca como *bode expiatório* para essa situação. Ela existe, mas o que existe de mais anacrônico e de pior no Nordeste é a estrutura agrária, refletindo esse quadro

injusto no aprofundamento do subdesenvolvimento e o conseqüente aparecimento de fortes indicadores que servem para patentear o nível de pobreza e de miséria da região. O Banco do Nordeste, na sua *Revista Econômica*, relaciona uma série de dados sobre o problema. *Mostrando que foi o setor industrial, o responsável pela menor representatividade no mercado de trabalho nordestino em 1970.* Enquanto o estoque de mão-de-obra do setor terciário era acrescido de mais vinte e oito mil novas oportunidades, superando o seu crescimento do ano anterior em 4,1 mil empregos, o setor industrial crescia de apenas dezenove mil novas colocações, cerca da metade do incremento de 1969. E a consequência foi o saldo de empregos do mercado urbano total ter decrescido de quinze mil unidades. Com relação a 1971, entre janeiro e junho, foram criados 10,7 mil empregos no mercado urbano do Nordeste, que em igual período do biênio anterior tinha de contemplado com 24,7 mil e 17,3 mil novos empregos. O setor secundário e a construção civil são apontados como os principais culpados pela situação de baixa oferta de empregos na região nordestina. O setor secundário teve diminuída a sua força de trabalho de janeiro a junho de 1971, apresentando um saldo negativo de 2,9 mil empregos. Nos mesmos intervalos de tempo, de 1969 a 1970 cresceram de 12,6 mil e 4,3 mil nos empregos. A construção civil apresentou esses dados: teve diminuído o seu estoque de mão-de-obra em 1,8 mil colocações de janeiro a junho de 1971. Nos primeiros semestres dos biênios precedentes, ela havia crescido de 7,8 mil e 3,3 mil empregos. Como consequência de todos esses fatores, o nível de vida dos nordestinos é tremendamente baixo. Por exemplo, a renda média mensal do país é de 400 dólares o que dá cerca de 240 cruzeiros mensais. Já no Nordeste, essa média está em torno de 110 cruzeiros

mensais, cifras essas bastante liberais. Mesmo assim, essa renda não proporciona ao nordestino a possibilidade de ingerir o mais antigo dos alimentos, o mais substancial e um dos mais acessíveis economicamente: *o leite.*

A média do consumo diário no País é de 50 gramas *per-capita*. Em São Paulo, a média mais elevada do País, é de 200 gramas, quase um copo de leite. *No Nordeste, esse consumo é de 20 gramas diárias ou seja, pouco mais de uma colher de sopa.* (Leite em relação ao consumo médio no Nordeste é uma espécie de medicamento concentrado, que se toma em forma de pílulas). Na Noruega, por exemplo, o consumo de leite é de 1.200 gramas *per-capita*, 60 vezes mais que o do nordestino. É claro que um homem assim alimentado só pode produzir muito mais que um subnutrido. Do ponto de vista energético, um litro de leite equivale a 12 laranjas, 850 gramas de peixe, 625 gramas de frango, 600 de carne ou 9 ovos. Suas vitaminas impedem problemas óticos, nervosos, da pele, estômago, intestino e do crescimento.

Vamos usar só o leite como exemplo. Seria muito trágico se utilizássemos outros produtos de primeira necessidade. Finalmente, acrescido a todos esses verdadeiros dramas internos com que se defronta o Nordeste, outros problemas existem de característica externa. O ICM, é um deles. Estudo divulgado pelo governo federal mostrava que em 1971 o Nordeste comprou do Centro-Sul Cr\$ 2,7 bilhões e estes estados, em consequência, arrecadaram 480 milhões de ICM através das vendas. No mesmo ano, os estados do Centro-Sul adquiriram no Nordeste 380 milhões de cruzeiros de matérias-primas. Dá para se ver que o Centro-Sul compra no Nordeste com dinheiro do próprio Nordeste. O governador do Ceará, coronel César Cals, acredita que toda a relação Centro-Sul *versus* Nordeste é uma relação tipicamente *metrópole, colônia*. No caso do governador César Cals, a exemplificação que utiliza é a do ICM, que a seu ver favorece os estados produtores em prejuízo dos

estados consumidores, na medida em que da alíquota de 17%, apenas 3% incidem sobre a fase de comercialização realizada no estado consumidor. Isso significa que o estado produtor arrecada cerca de 80% do tributo.

Entende o governador do Ceará que o governador, de uma gravidade para o Nordeste, é a atribuição dada aos Estados para legislar em função do ICM, afirmando: "Essa guerra das isenções não foi deflagrada por nós do Nordeste, mas pelo Centro-Sul. São Paulo isenta a produção agrícola e, com isto, está destruindo a agricultura nordestina. O incentivo fiscal (ICM) dado em São Paulo à produção do algodão é um verdadeiro *dumping*. São as grandes ironias. Em tudo não somos uma Federação no Brasil. Somente somos uma Federação na capacidade para legislar sobre isenções do ICM. Por que, também, não centralizar essa iniciativa?" Apelos patrióticos de homens do próprio sistema, como este do coronel César Cals, governador do Ceará, o governo não pode desconhecer.

Homem integrado no sistema de governo nacional, já que é um delegado do poder revolucionário no governo do Ceará, o seu ponto de vista não pode ser ignorado por aqueles que têm o dever e a obrigação de traçar uma política econômica global, visando o Brasil como uma nação-continente. E não somente enxergando como tarefa prioritária para o desenvolvimento nacional a adoção de uma política econômica setorializada, sobretudo no tocante a São Paulo. É uma pena que vozes como a do governador César Cals não se façam ouvir com mais frequência. Infelizmente, segundo a grande maioria dos governadores nordestinos, a região vive num mar de rosas. Tudo é progresso, tudo é desenvolvimento, tudo é enriquecimento. As matérias pagas custosas que a imprensa nacional, já com certa monotonia, registra, servem para patentear o que afirmamos. Mas, para esses conformados e alienados governadores, é bom que se lhes lembre que o Nordeste não é representado, unicamente, pelas belezas naturais de Salvador e de Recife. Nem tampouco pelos famosos Centros Industriais do Cabo, em Pernambuco e de Aratu, na Bahia. *Quem melhor sintetiza a realidade nordestina, que é uma realidade trágica e sofrida, humilhada e ofendida, é o seu vasto e feudalista mundo rural.*

Professor de Filosofia da PUC, Carlos Eduardo Guimarães traz sua primeira colaboração para POLITIKA, tratando um assunto pouco sério — o humor — de uma forma surpreendente séria. Autor de *As dimensões do homem* — ensaio sobre Albert Camus — apresenta um enfoque novo do mundo, do absurdo e da revolta. O humor é um negócio muito mais importante socialmente do que vocês podem imaginar. Leia e pensem. (A Editoria)

HUMOR, A MÁSCARA DA SERIEDADE

O HUMOR é o reconhecimento do caráter não sério da existência e dos fatos humanos. Parece que traz em si a consciência lúdica referente a tudo que é humano. Explicitamente, reconhece algo, um acontecimento ou uma instituição como pertencentes à esfera do jogo. Daí encontrar reação entre as pessoas geralmente sérias. Reconhece-se a sua legitimidade sobre certas áreas já consideradas como não-sérias, mas reage-se a sua ampliação quando atinge o que é considerado sério pela maioria.

Ao procurarmos o que se mostra como dotado de seriedade, encontramos pessoas, funções e instituições.

O que se faz sério nas pessoas é o manifestado numa atitude. A pessoa séria é a que se mostra como tal, a que toma certos ares, que assume uma pose. Séria é a pose do general prussiano, a superior displicência do rico empresário, a autoridade do presidente do clube, o caráter exemplar do chefe de família rigoroso, a magistralidade do professor emérito, a circunspeção do chefe de tesouraria, a solenidade do juiz e de sua excelência, o espírito minucioso do burocrata, a magnificência do reitor, a máscara do palhaço, a gravidade do censor, a imponência do nazista em seu uniforme. Então, não é a pessoa em si que é séria, mas a sua expressão, ou como ela aparece a nós. Diríamos que a sua máscara é séria e a máscara seria a maneira expressiva de cada um assumir determinada função.

O que se faz sério nas pessoas não é o que elas realmente são. Não é um valor que lhes seja próprio, mas a identificação com uma função, com o cargo, com o posto. Toda a importância que é comunicada vem da função exercida — esta que é entendida como séria, importante, grave. O valor da pessoa passa a ser o valor atribuído à função. É o valor do ter e não o do ser, já que temos uma função, porém não a somos.

A pessoa faz-se séria em razão de ter abdicado de si mesma. A espontaneidade foi perdida. A liberdade foi recusada. A seriedade exige padronização, formalismo. A riqueza de atitudes e a liberdade expressiva opõem-se à gravidade. A seriedade exige a imobilidade: o dever não se reveste de caráter sério. A padronização se mostra essencial neste domínio. A categoria característica é a da repetição.

O homem, então, se perdeu a si mesmo — ele vale pela função que exerce. Ele não é mais ele — é a função.

Mas a função não é comunicadora de valor. E para ser levada a termo da melhor maneira possível. É algo transitório, exigindo, quase sempre, algumas horas diárias, nada atribuindo de permanente às pessoas. As funções podem e devem ser perdidas, pois exigem constante eficiência.

Uma sociedade acarreta múltiplas funções, suponhamos que todas necessárias, mas que colocam dificuldades para um julgamento valorativo. Recaimos numa simplificação estreita quando queremos hierarquizar-las como valores. Todas valem, do ponto de vista de sua necessidade, mas já que necessárias, porque necessárias, uma não vale mais do que outra. O mundo das funções não é axiológico. E a função não estabelece vantagens para quem a exerce, mas deveres, exigências de empenho.

A função implica em sacrifício da pessoa. Quem a exerce é um funcionário. O funcionário, enquanto tal, não é transcendência,

não é liberdade. Cada vez as funções se tornam mais técnicas, mostrando o que realmente pedem do homem — especialização, limitação num campo.

Se entendermos que o ser humano é projeto, é possibilidade de ser, é expectativa, futuro, liberdade, entendemos, então, que não pode ser engrandecido pelo que lhe exige, justamente, o contrário daquilo que é.

A absoluta identificação com a função seria fuga. Inseguro, não podendo continuar disponível, temendo a liberdade que é variedade, o homem termina por se limitar, como se no limite encontrasse um apoio, um fundamento. E se perde.

Sem poder ser engrandecido pela função, pode o homem engrandecê-la. Engrandecê-la pela sua liberdade, com seu espírito crítico, mostrando-se inventivo — logo, superando a função, retirando dela o caráter repressivo. Anulando a função.

A seriedade das instituições está em sua permanência. Todas se mostram como possuidoras do definitivo, diríamos até, do eterno. A instituição é séria porque não muda. Mudasse, toda a seriedade desapareceria. Vale também aqui: sério é a imoralidade.

É a visão imóvel da realidade que nos leva a afirmar a sua importância. O ser só é ser enquanto não muda — recaímos no eleatismo. E formamos uma concepção mundana estável, defendendo princípios morais eternos, aceitando as instituições políticas, sociais e econômicas como se fossem permanentes. Ado-

tamos uma atitude de defesa do que é, só porque é assim e não vemos possibilidade de mudar. É cômodo, é seguro viver num mundo que é sempre o mesmo, mesmo que este mundo seja injuto. E chegamos a pensar que as nossas instituições devem continuar as mesmas porque Deus as quer assim. E como ir contra a vontade de Deus? Na medida em que tudo é permanente, tudo é divino, tudo é sagrado.

Então, a seriedade das instituições supõe a concepção de um mundo não dialético, um mundo do ser e não do vir-a-ser. Logo, um falso mundo.

Porém, o sério transforma-se em cômico. Riremos do general prussiano, do professor emérito, de sua excelência, do palhaço, do nazista. Não deles em si, mas da falsidade que captamos em suas atitudes. Riremos das máscaras. Riremos da padronização e da cadaverização em vida.

Risíveis se tornarão as funções quando as sentimos como mecanizações. Risíveis as instituições na sua pretensão de permanência, quando tomamos consciência da historicidade, do caráter móvel, fluente, de tudo que é humano.

A perda da seriedade é o humor.

O humor revela um elevado grau de consciência — intimamente ligado à consciência do absurdo, da náusea, da angústia. Supõe a captação da falta de sentido das coisas, mas daquilo que queria revestir-se de sentido.

O humor é, deste ponto de vista, uma consciência trágica. Revela o desencanto de quem não mais irá se recuperar para a inconsciência. Parece ser o resultado de uma conquista plena. Enquanto nossa crítica não foi total, não atingiu tudo, não viu todas as razões para um completo desacreditar, mantém-se uma atitude de respeito. Quando a desconstrução não é absoluta, os deuses são sempre respeitados. É um nível que pode ser sentido por muito tempo, e que sempre. E, aqui, a seriedade não é possível.

Com a atitude de humor, o respeito foi perdido. O objeto já não é mais o que era, perdeu-se o seu primitivo entendimento. Não é mais respeitável. O sentido possuído não era verdadeiro: era o acréscimo, a convenção. Brincávamos de dar sentido.

Da seriedade ao humor, há então um processo filosófico, destruidor das aparências, da falsidade. Terminamos, se terminamos, pela aquisição de uma sensibilidade da inutilidade ou da vacuidade ou da convencionalidade ou da falsidade referente ao que era garantido, cheio de sentido, natural e verdadeiro. Isto, comunicado numa linguagem racional, não é transmissível ou dificilmente o será. Recai em todas as dificuldades da comunicação em filosofia. Mas tem que ser comunicado. O peso não pode permanecer em nós. O peso de tal verdade exige uma catarse. O humor é, pois, a grande solução. É ele que destruirá a defesa da seriedade. A seriedade é a defesa, a cobertura do que não possui significação. Quando há seriedade, há falta de significado — e possibilidade de humor.

A criança não é risível porque é livre

Há todo um campo de experiências em que estas duas possibilidades — seriedade e humor — não têm entrada. É no campo do realmente significativo, do que é direção fundamental do ser humano: natureza. Mas, aí, não há fuga da estera do lúdico e comprazemo-nos na própria consciência da falta de seriedade — e a significação existe, como significação daquilo que é proporcional ao homem: brin-
quedo.

A eficácia do humor é imediata. É o resultado, a síntese final de um processo que é comunicado, revolvendo logo a verdadeiro natureza de seu objeto. Entendemos de modo claro o que é transmitido, o valor da crítica. A crítica é contagiante. A destruição que opera faz-se sem delongas. As razões estão dadas no próprio ato, dispensando explicações mais profundas, já que a profundidade é o próprio humor. Nem há necessidade de percorrer outra vez o processo — tudo está dado. É o processo é uma longa história jogada no domínio das vivência e não inteiramente conceitual. É o da filosofia que não é tarefa, puramente, racional.

O humor é contra aquilo que é sério, porque o sério é fictício — e a tese é a de que o verdadeiro não precisa da seriedade e, em consequência, nem do humor. Só o falso é que recebe a crítica do humor. Então, só a seriedade, como envolvente da falsidade, é atingida.

O humor tem o aspecto de blasfêmia. A blasfêmia atinge o sagrado, pertence à esfera do religioso. Mas, há uma sacralização das instituições humanas, projetamos o sagrado nas organizações política, social, econômica, nos códigos morais seguidos. Sacralizamos funções e tarefas. E a existência diária ganha a seriedade das coisas religiosas, como se houvesse uma divindade fundamentando-a. Consagra-se o que é real, apenas por ser real. Mudar seria contrariar a vontade divina. A seriedade consiste em não querer nada diverso do que é — pois o que é, está justificado dentro da sacralização, cheio de sentido.

Jogar o sagrado no profano é conquistar uma estabilidade que não se justificaria no plano da razão. É necessário escapar da consciência, para se atingir aquela fé na importância das coisas, que nos faz sentir tudo como fundamentado, certo, impossível de outro modo. A categoria do sério, como categoria religiosa, é imprescindível para recobrir de importância o que realmente não é importante.

O que se pretende, através da seriedade, é fugir de um modo de encarar a existência, de plena aceitação, prazeroso — o infantil. Queremos dar outro aspecto aos nossos jogos, fazendo com que pareçam ser outra coisa, convencendo-nos de que não são jogos. Entramos na dimensão repressiva, pois que nos organizamos repressivamente, de modo não infantil. Procuramos dar consistência, inventaríamos consistência para um existir que é aniquilação. Construimos contrariamente ao nosso destino de morrer. Não aceitamos o fato, que sem saber, reconhecemos e introduzimos a eternidade no que não é eterno. Não concordamos com a morte e criamos um mundo fictício em que as coisas mostram-se possuidoras de valores definitivos. Criamos a aparência, a falsidade. Mas, com esta criação, introduzimos uma outra morte, esta pior, em nossa existência: a morte que é inércia, instituição, repressão. Criamos um universo de preconceitos morais, de organizações que não supõem transformação, de instrumentos que apenas visam manter o que é. O universo que inibe, contraria, que impede qualquer plenitude, que consagra a negação.

É este universo da seriedade que o humor vai atingir, transformando-o na coisa cômica. O que não é sério, não o pretende ser, não pode ser atingido pelo humor. As situações de humor envolvem a redução ao ser puro: uma determinada atitude grave que não pode ser mantida, uma regra afirmada que não pode ser seguida, um formalismo que se esvai com a irrupção da espontaneidade. Tudo que se mostrou coarctado, limitado, vai se transformar em objeto de humor. Foi visto como falso contrapondo-se à nova situação.

A categoria do sério é a da não-espontaneidade. Sério é o que não é natural, no sentido de violador da expansão do ser.

Há um humor de situação. Um acontecimento, alguma coisa deixa-se repentinamente apreciar na sua falta de seriedade, contrariando o que parecia ser. Mas há um humor mais extenso, totalizante, que, sem dúvida, parte da concretidade dos fatos e das coisas, mas cuja amplitude e profundidade só pode ser adquirida por uma cons-

ciência que se elevou do convencional, que se deixou penetrar pela vida — o humor fruto da reflexão sobre o existir. O humor que é categoria de uma existência autêntica, lúcida, que sabe as grandes verdades do humano e pensa a partir delas. Elas estão sempre envolvidas em qualquer visão que é feita sobre a realidade humana — morte, transcendência, liberdade.

O humor tem a certeza da morte. Vê o homem como transcendência, projeto, como um ser irrealizável. Capta-nos como liberdade, inteiramente responsáveis pelo que nos escolhemos, sem qualquer possibilidade de ajuda. E porque conhece tudo isto, todo humor é amargo. Mas, paradoxalmente, só é humor porque é assim. Parece que ele indica, então, uma saída dionisiaca, um comprazer-se em verdades que podem parecer terríveis, mas que não são ou deixam de ser, pela sua plena aceitação. Nada tem de heróico, viver de posse destas verdades, nem de trágico — a única coisa que se pode dizer é que é simples. Nada há que suporta em demasia, não há o peso do fictício para fazer valer. O peso destas verdades é de outra natureza. Elas não nos contrariam, mas fazem com que nos sintamos constrangidos em viver neste universo de falsas consistências, neste universo da seriedade. Daí, a catarse do humor. A crítica que ele desempenha e que é nossa vingança. Vingamo-nos, mostrando, através de caracteres risíveis, o universo da seriedade, da repressão, das pessoas importantes — o universo formal.

As verdades que constituem a base do humor não levam à paralisção e nem são obsessivas. Fundem-se na existência, devolvem-nos ao ser, jogam-nos no presente, no agir com espontaneidade. Retiramos, é certo, qualquer sentido finalístico e profundo da existência, mas ela em si, é um sentido, como força de expansão, como liberdade, como atividade. Viver sem esperança não é trágico — toda a tragédia está na esperança, enquanto é negação do que somos, do presente, do que faço, daquilo em que me aplico, introduzindo uma expectativa, pre-ocupação, impeditiva da ocupação.

A seriedade e o seu falso mundo nascem da esperança. Ao contrariar o que realmente é natureza e espontaneidade, isto só pode ser feito em função de uma fé, de um absoluto, de algo diferente do que é constatado. E o verdadeiro mundo é perdido em razão de que é negado, de um querer diferente, impossível. E ao querer o que não é (eternidade, absoluto, permanência, divindade), desfiguramos o que é nosso, perdemos a única possibilidade de construir para a felicidade.

A criança nos dá a imagem da possibilidade do que significa viver sem esperança. A pura concentração no presente, na atividade que está sendo executada. A visão de uma criança empenhada no que faz é a própria visão da felicidade no que tem de humana. Não há busca de um sentido exterior e superior. Há total absorção no ato, e tal absorção é o próprio sentido. Não é necessário dar um sentido à existência — ela já é o sentido.

Os jogos adultos são diferentes. Acrescentam uma razão estranha. Nossas atividades sérias são doadoras de honra, fortuna, vantagens, prestígio, importância. A atividade não se basta — ela tem que nos fazer prevalecer. E criamos o mundo dos preconceitos, da hierarquia.

O universo infantil não é atingido pelo humor. Se há uma seriedade no empenho da criança, ela é a que surge da espontaneidade na realização e não no objetivo visado, de natureza estranha ao ato. Nada se processa dentro de um formalismo, já que o formalismo implica uma visão finalística. A infância é informal, não tensa, dionisiaca. É vida expansiva. Então, não pode ser em si, objeto de humor. A infância não é risível. E só rimos do que uma criança faz, quando nela projetamos o adulto, deturpando todo o nosso julgamento com os preconceitos que criamos. Mas uma criança não ri de outra.

Daí, só o fazer infantil ser, realmente, importante, pois nada exige fora de si. Só a infância é capaz daquela gratuidade no agir, que tanto evitamos mais tarde. E a generosidade do adulto não seria o regresso a uma conduta que vale em si?

A consciência que o humor procura nos dar é importante para a libertação do homem: a da redução ao que se é. Nada é sério. Nada do que fazemos possui gravidade, pelo menos, um caráter grave que esteja em oposição ao que é infantil. Estamos empenhados em estúpidos jogos, mas porque não temos consciência de que o são. O humor vai nos permitir ver claro, vai nos permitir ver através de todo aspecto solene, através de toda seriedade, de todo ar grave, de todos os formalismos, a criança que brinca, o jogo que não quer ser jogo, a pureza que se perdeu, a espontaneidade que se abafou.

Reconhecer que nada é sério, tomar consciência do caráter lúdico de tudo que é humano, notar o artista na personalidade importante, captar a teatralidade da existência, tudo isto é fundamental para a preparação de um mundo em que seja possível uma vida feliz na plenitude, para um ser que sabe da morte e que não supera jamais a infância. O humor pode ajudar a ganhar a luta.

A valorização desvalorizada do cruzeiro

"No que tange a essa política financeira do governo, de conotação no campo internacional, quero significar também a posição do governo, principalmente do ministro da Fazenda, quanto à desvalorização do dólar, por exemplo, uma atitude meramente política. Vejam que temos cerca de 4 bilhões de reservas no exterior. Com essa desvalorização, teria conseqüentemente havido um prejuízo de cerca de 400 milhões de dólares. Estamos procedendo a um penoso levantamento, a uma pesquisa penosa, para alcançarmos o propósito integral do governo no seu comportamento, pois o cruzeiro se desvaloriza flexivelmente toda vez que o interesse do dólar ou principalmente o interesse da sua central, da sua matriz, tivesse condições de impor essa desvalorização, que flutua. E isto, a taxa de câmbio flexível, ficou inteiramente desmoralizado em termos de comportamento. Mas se o dólar caiu 10 por cento, a taxa de flexibilidade cambial do governo brasileiro não o acompanhou. Tenho para mim que foi um comportamento meramente político". (Alencar Furtado, deputado do MDB, na semana passada, analisando as questões sócio-econômicas do país).

O Banco do Brasil merece

Toda locomotiva deve, obrigatoriamente, ser conduzida por um ferroviário, o que é muito justo. Transplantada, a regra é aplicável a todas as profissões. Só pode medicar quem é médico, só pode advogar quem é advogado, só pode fazer tratamento dentário quem é dentista, e assim em diante. E à própria classe profissional cabe fiscalizar o cumprimento das funções que são da competência de cada setor profissional. Mas isto seria uma questão lógica e não somos, no Brasil, nada lógicos. Assim, acaba de ser feita uma denúncia grave: o Banco do Brasil está descumprindo lei federal que determina que cada revista, boletim informativo ou órgão de divulgação, interno ou externo, deve ter um jornalista profissional, com registro do Ministério do Trabalho, como responsável. Esta citação tem de constar do expediente da revista. No caso específico do Banco do Brasil, a revista *Informação Semanal*, que traz notícias da Cacex, tem em seu expediente a informação de que é editada pelo BB. E só. Não tem um profissional de imprensa responsável por sua edição. E isto é um flagrante desrespeito às determinações federais e uma forma de impedir que os jornalistas, muitos deles desempregados pelo estreitamento quase diário do mercado de trabalho, tenham uma forma decente de sobrevivência. É o caso de se perguntar: quais medidas serão tomadas pelo Ministério do Trabalho? Esta é uma transgressão de um órgão governamental. Ou a lei não vale para ele?

Um exemplo que O Dia não imita

Os nossos confrades de O Dia estão muito temerosos de que a direção do jornal passe a imitar o exemplo de O Globo, onde Roberto Marinho, nas referências dos articulistas e dos colaboradores, é sempre tratado de o nosso companheiro Roberto Marinho.

Se isso acontecer no jornal de Chagas, a rapaziada terá de reformular a sistemática da comunicação, passando a escrever por exemplo: o nosso companheiro Chagas Freitas quando inaugurava ontem a iluminação pública de Padre Miguel.

O esporte de perder na loteria

"A Loteria Esportiva já arrecadou, até agora, três bilhões de cruzeiros da poupança do povo brasileiro, sendo que nenhuma prestação de contas foi dada até hoje. Os percentuais da Loteria Esportiva não foram informados, a não ser noventa e poucos mil cruzeiros, dados ao Ministério da Educação e Cultura. Dos bilhões de cruzeiros arrecadados, ninguém sabe para onde foram e para o que serviram. E, ainda mais grave: através da poupança forçada, pelo jogo, o trabalhador brasileiro vem jogando, inconscientemente, o seu décimo-terceiro salário, pois a média de arrecadação da Loteria Esportiva, por cartão, sobe a mais de quatro cruzeiros. E, em matemática simples, não delfínica, multiplicando-se essa importância por 52 semanas teremos, pelo menos no Nordeste, mais do que o décimo-terceiro salário jogado na Loteria Esportiva. É, talvez, uma forma de concentração de renda: tirar da poupança do trabalhador brasileiro para distribuir, sem que essa distribuição seja sabida, a determinadas e privilegiadas camadas". (Deputado Fernando Lyra, discutindo o problema da Loteria Esportiva projetado na economia brasileira).

O defensor de Nelson Duarte

Comemorando o segundo aniversário do governo Chagas Freitas, o Diário Oficial da Guanabara publicou a promoção de Nelson Duarte a detentive de primeira classe. Explicação dada

para a promoção de um policial acusado de múltiplos crimes e respondendo a um inquérito administrativo:

— O processo de promoção é lento. Muito antes de ser descoberta qualquer coisa contra Nelson Duarte, já estava em tramitação seu processo e não havia porque suspendê-lo.

Pergunta-se: uma vez conhecida toda a trama, não seria o caso de, ao menos, postergar-se a promoção?

Portugal, a censura e a televisão
Os portugueses, comentava-se numa roda política, foram ridicularizados pela imprensa brasileira porque, desde os tempos de Salazar, põem um carimbo na primeira página dos seus jornais, declarando: "Este exemplar foi visado pela censura." Entretanto, agora, todo programa de televisão no Brasil começa com a seguinte frase: "Este programa foi liberado pela censura para este horário."

Os infartos de Ernani Sátiro

Antes de ser designado para o governo da Paraíba, conta o Informe JB, Ernani Sátiro teve dois infartos e um edema pulmonar. O ministro João Agripino, principal adversário do governador, aproveitou-se da oportunidade e disse que era um excessivo sacrifício, que não se podia exigir tanto de Sátiro. Seu médico, sabedor do possível veto, eliminou-o completamente: — Se ele não assumir, certamente morrerá.

Ibraim e os aumentos de Chagas

Ibraim Sued, na semana passada, em seu programa na TV-Globo, depois de ler uma notícia sobre providências que o Ministério da Fazenda irá tomar contra os proprietários de colégios que aumentaram as

mensalidades em mais de 15 por cento — determinados pelo Conselho Interministerial de Preços —, afirmou: — Vamos ver. Porque aqui na Guanabara, o governo de Chagas Freitas aumentou o valor do Imposto Predial em mais de 100 por cento e não lhe aconteceu nada.

Quem sai do DETRAN com as mortes

O comandante Celso Franco, almoçando outro dia no centro da cidade, ouviu, na mesa ao lado, alguém comentar, sem reconhecer-lo:

— Mais um estudante foi atropelado ontem à porta de sua escola. Com isso, são onze os garotos mortos ou atropelados pelo trânsito em apenas uma semana. O Celso Franco foi despedido do DETRAN porque um ônibus atropelou um colegial na porta de um colégio, onde não existia sinal. E agora, com onze atropelamentos, quem sai? — Não sai ninguém — comentou o garção —, só sai enterro.

A ajuda de Pelé às criancinhas

Da coluna do Zózimo, no *Jornal do Brasil*: "enquanto o craque Paulo Cesar se queixa que terá que entregar este ano cerca de . . . Cr\$ 120 mil ao Imposto de Renda, Pelé, de São Paulo, anuncia o total de seu Imposto: Cr\$ 1,5 milhão".

Não é só um senhor imposto, Zózimo, é a prova de que o Pelé está muito preocupado com as criancinhas do Brasil. Aquelas mesmas criancinhas que ele, quando fez seu milésimo gol, pediu para serem protegidas. Evidentemente, pelos outros, que ele não é maluco.

A agressão contra a gramática

Um velho e conhecido político brasileiro era constantemente criticado por suas agressões à gramática. cido político brasileiro car Correia lhe deu uma informação consoladora. À primeira reprimenda por seus erros, ele reagiu violentamente:

— Os grandes oradores Cícero e Demóstenes também não sabiam nada de português.

O andor do milagre brasileiro

"Quando a publicidade oficial assegura que houve aumento do Produto Interno Bruto e da reserva de ouro do Brasil, é preciso dizer ao povo que, admitindo como exata a informação, estes aumentos estão profundamente vinculados a três aspectos: em primeiro lugar, o endividamento externo, que praticamente triplicou em dois anos. Em segundo, o achatamento salarial, tanto do assalariado em geral quanto dos servidores públicos, ano após ano, quando o custo de vida aumenta de 40 a 45 por cento, mesmo que o governo insista em falar em 15 e 20 por cento. Em terceiro, a imensa ditadura fiscal que se instaurou no Brasil. Num total de 150 indústrias em São Paulo, de grandes empresas, nas quais o capital é de 4 bilhões de cruzeiros, os tributos neste ano correspondem a um bilhão e oitocentos milhões, isto é, a quase totalidade do capital, nas mesmas empresas em que o lucro fora de 4 bilhões. Então, em 4 bilhões, se teve um bilhão e oitocentos milhões de tributo. Um automóvel que se compra, paga por tributo 588. Então, esta ditadura fiscal, o achatamento salarial e o endividamento externo do país podem ser a causa daquilo que é para o governo a sua grande legenda: a reserva e o aumento do Produto Interno Bruto". (Deputado Freitas Nobre, na semana passada, analisando a situação econômico-financeira do país).

A BALANÇA MILAGROSA

"Parece-me de muita oportunidade mostrar que, havendo um *deficit* na balança comercial bem como na balança de serviço, o governo alardeia, no entanto, o crescimento das divisas do país no estrangeiro. Quando apontamos os perigos e os males desse endividamento crescente da nação, pode-se advertir que esse crescimento das divisas do Brasil, no estrangeiro, deve-se, em grande parte, exatamente a esses empréstimos, dos quais decorrem a necessária conversão da moeda que o país deposita muitas vezes nas mesmas instituições que nos emprestam dinheiro a juros mais baixos do que aqueles que estamos pagando por empréstimos obtidos. Então, estamos vendo que neste jogo de balança comercial, de balança de serviço e de reservas no exterior, há muita coisa que, contada como sendo benéfica ao país, na verdade representa um perigo e um mal às gerações atuais e futuras, porque tais saldos representam um compromisso, um compromisso muitas vezes insolúvel e que está comprometendo o próprio futuro do país". (Marcos Freire, deputado do MDB, quando analisava a situação econômica do Brasil).

O BRASIL NÃO É MAIS AQUELE

Frase de um velho senador, que prefere atribuí-la ao recentemente falecido Benedito Valadares, pouco antes de morrer.
— O Brasil está se desfigurando. Pois vejam seus filhos: o carioca perdeu a alegria antiga; o gaúcho já não é de briga; o cearense já está esbanjando dinheiro; o paulista deixou de pedir a presidência da República para um bandeirante e civil; e o mineiro já não tem palavra.

Simões Lopes preocupado com as perdizes

O Sr. Luís Simões Lopes, que foi o pai da Fundação Getúlio Vargas à época do próprio, continua firme na presidência do fabricante de números, para cujos técnicos o país se encontra na melhor situação e o povo vai muito bem, obrigado.

Há dias, numa reunião na FGV, o velho Simões Lopes, gaúcho de boa cepa, comentava o fato de que o trigo e a soja se desenvolvem a contento no Rio Grande do Sul, graças aos inseticidas. Mas a circunstância de que, a esse desenvolvimento, corresponde o assasínio maciço de perdizes e pássaros da região.

Explicava Simões Lopes que os pássaros comem as sementes e as folhas borri-

fadas e morrem logo depois. Até com o extermínio químico dos carrapatos acontece o mesmo, morrendo multidões de perdizes por comerem os insetos envenenados.

Outro comentário seu foi que com o trabalho de trinta anos sucessivos, os governos conseguiram apenas obter 30 mil sacos de soja no Rio Grande do Sul, quando só uma cooperativa particular, agindo por conta própria, elevou agora esse índice para 200 mil sacas mensais.

Alguém lhe perguntou se não estava criticando diretamente um ministro do governo. Resposta de Simões Lopes:

— Não. O governo é uma pessoa. Quando muito, posso fazer uma distinção entre governo federal e governo estadual.

Governo arrocha parlamentar empresário

Bomba! Bomba! Bomba! como diria o escritor mais lido do Brasil, Ibraim Sued: o governo vem investigando o caso de parlamentares que, participam, na sombra, de empresas de comunicações, de economia, bancos, instituições financeiras etc. O pessoal vivaldino vai ser chamado e posto diante de um dilema: ou cumpre a lei e permanece no Legislativo, ou, para se integrar no quadro constitucional, renuncia ao Legislativo e reassume ostensivamente suas empresas. Já tem gente choramingando por aí...



A briga agora é com o milagre

Quando retornar de Frankfurt, o Sr. Delfim Neto terá fatos novos a declarar ao país. Entre outras coisas, afirmará que o combate a inflação no milagre brasileiro é tão positivo, que agora a dificuldade está em manter, no país, uma pequena e desejável taxa de inflação. O terrível agora não é conter a inflação. É conter o milagre.

O MÉDICO DIANTE DO PODER E DA VIOLÊNCIA

Um verdadeiro hino à não violência, ao humanismo e à ética que deve ser seguida pelos médicos, foi o discurso de parainfo do professor Adonis de Carvalho, da Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco. Mostrou as atividades do artista, do intelectual, do cientista, na sociedade mercantilista em que vivemos, em que a violência é parte do sistema, passando o homem que pensa a ser um indivíduo suspeito e sujeito à censura. Suas atividades

passaram a ser exploradas com fins lucrativos, delas se lançando mão de forma conspurcada. Quando se precisa de um intelectual ou cientista, trata-se de comprá-los, de corrompê-los. Criam-se **robots** que são os tecnocratas, nada mais que intelectuais e cientistas corrompidos, a serviço de quem pague melhor, sem nenhum compromisso ético ou moral. Pela importância do pronunciamento, POLITIKA divulga seus principais tópicos. (À Editoria)

1 — A grave crise por que passa a medicina vem da inobservância das leis da humanidade. Como conciliar a prática de uma profissão ética, com a sociedade mercantil violenta?

Para certos ramos da atividade humana, os aspectos morais e éticos são deixados de lado. São atividades que se fundamentam no lucro. As considerações éticas, de tão secundárias, são em geral esquecidas. Foi por isso que Brechet escreveu que "maior roubo do que roubar um banco é abrir um banco". A sociedade argentária, mercantil, torna o dinheiro o Deus todo poderoso; o bem sucedido é o herói nacional. É uma sociedade amoral, indiferente à beleza, por isso indiferente às artes, à cultura, à ciência. Por essas, se interessa apenas no que possam representar como lucro. O artista, o intelectual, o cientista, são altamente suspeitos para a sociedade argentária. Suas atividades são censuradas e a elas se criam todos os obstáculos. Quando, para fins lucrativos, a sociedade pecuniária necessita do intelectual ou do cientista, ela trata de comprá-los, de corrompê-los. Cria-se assim uma legião de *robots*, representada pelos tecnocratas, nada mais que intelectuais e cientistas corrompidos, a serviço de quem pague melhor, sem nenhum compromisso ético ou moral.

2 — Na sociedade argentária, a medicina é forçada a organizar-se empresarialmente. O doente é uma mercadoria destinada a dar lucro. Daí os paradoxos da medicina nas chamadas *nações ricas*. Tomemos os Estados Unidos como exemplo. Esse notável país, em que pese o assombroso progresso social que está mudando a sua face nos últimos 10 anos, ainda pode ser tomado como exemplo da sociedade argentária. O seu povo é o que mais gasta no mundo em assistência médica: em 1969, despendeu mais de 60 bilhões de dólares nestes ramos. O que poucos sabem é que, apesar disso, os Estados Unidos estão em 18º lugar no mundo em mortalidade infantil, isso é, há 17 países com melhores índices; a duração média de vida é mais alta do que nos EUA em 21 países. Estima-se que 80 por cento dos cidadãos americanos não recebem cuidados adequados de saúde. Há um *deficit* de 4 mil médicos por ano.

As atividades humanitárias e éticas têm que enfrentar uma sociedade de violência

3 — A outra contradição com que se debatem as atividades éticas e humanitárias é o estabelecimento da sociedade violenta e desumana. Não me refiro aqui à violência eventual, esporádica, que existe em todas as comunidades humanas. Refiro-me à violência cotidiana, habitual, instruída. A sociedade argenteira é, por si, geradora de violência, pois a corrupção não anda só. Quando corrompendo não se conquista, violenta-se, parecendo, aliás, mais barato violentar do que corromper. Nesse tipo de sociedade, o crime da lei, atuando no mais absoluto desrespeito à dignidade humana, converte-se no pior dos bandidos, pois que, agindo como bandido, tem a proteção do poder oficial.

4 — Ao discutir a violência é preciso que cada um se dê conta da sua real extensão e de tudo o que há por trás dela, de tudo que a gera. Há pouco o mundo lamentou a chamada *violência postal* terroristas. enviaram a diplomatas israelitas cartas contendo um explosivo tão poderoso que, apesar de sua ínfima quantidade, ao detonar matou ou mutilou as pessoas que as abriram. Contudo, bem poucos tomaram conhecimento de que esse explosivo é o mesmo que a aviação norte-americana lançou durante anos seguidos, diariamente e às toneladas, sobre a população do Vietnã, numa equivalência do poder de 2,5 bombas atômicas por semana, destruindo as pessoas e a natureza. É a continuação da atividade predatória da famosa Civilização Ocidental e Cristã; é o mesmo processo que levou à destruição dos povos e das culturas Inca, Maia e Azteca pela civilização católica da Espanha; é a ação da civilização protestante anglo-saxônica que, há menos de um século, completava o aniquilamento da população e da cultura daquelas nações índias de povos ingênuos e de nomes sonoros como os Apaches, Navahos, Sioux, Cheyennes e tantos outros, dos quais a Civilização Ocidental e Cristã lembra apenas quando, para fins comerciais, os converte em tema ridículo de filmes de *cow-boy*. É a atividade que levou ao genocídio dos 6 milhões de judeus da

civilizada e cristã Alemanha.

A medicina, como todas as profissões éticas, não pode ser exercida na sociedade violenta. Essas atividades requerem o zeloso e irrestrito compromisso da sociedade para com as leis da humanidade. O médico, como humanitário que é, pode repetir o lamento do personagem de Eurípedes: "Não há uma só dor no mundo que não seja minha."

5 — Mais uma vez tomemos vários conceitos de profunda implicação ética. O primeiro deles é o de que ao médico é vedado utilizar processos que façam mal ao paciente. É o princípio conhecido como *primo non nascere*, primeiramente, não fazer mal. Esse compromisso obriga o médico a meditar sobre cada procedimento de diagnóstico ou de terapêutica, quer um medicamento quer um ato cirúrgico, que possa ser mais nocivo que a própria doença. O preceito também inclui a experimentação *in anima nobile*. Lamentavelmente, muitas vezes drogas e procedimentos cirúrgicos, não suficientemente estudados, são aplicados indiscriminadamente aos pacientes. Nesse ponto, convém lembrar a coação exercida, sobre os médicos pela indústria farmacêutica, através de todos os meios de propaganda, e até a corrupção indireta, no sentido de empregarem os seus produtos nem sempre de eficiência e inocuidade demonstradas. O caso relativamente recente da talidomida é um bom exemplo. A história da terapêutica da esquistossomose mansônica e das neoplasias malignas é particularmente rica em exemplos de desrespeito do preceito ético.

6 — A administração de drogas mortíferas é um aspecto de grande relevância numa época em que os médicos e cientistas são recrutados para pesquisas referentes a armas de guerra, particularmente a guerra química e bacteriológica, pois que é vedado ao médico, por injunção do *Compromisso Hipocrático* participar, direta ou indiretamente, de qualquer ação em que seus conhecimentos possam ser utilizados para fins desumanos. O médico não

pode, sob nenhum pretexto, colaborar em torturas ou na obtenção de confissões ou em coação de qualquer espécie. O caso do jovem capitão médico norte-americano dr. Howard Levy é um magnífico exemplo de nobreza de espírito e de fidelidade de um médico ao seu juramento. Esse capitão servia numa tropa designada como *green berets* (boinas verdes) que é, oficialmente, uma força de combate a guerrilhas. Na realidade, nada mais que um bando de criminosos especialmente treinados para torturar e assassinar. O capitão Levy recusou-se a ministrar conhecimentos médicos a essa tropa, porque esses conhecimentos destinavam-se ao refinamento dos métodos de tortura e de assassinato de presos.

7 — Atos maléficos, de atrocidades, de vileza, são vedados mesmo sob ameaça. Em outras palavras, não se pode alegar como atenuante a existência de coação. E não é somente o *Juramento Hipocrático* que estabelece esse princípio. O Tribunal de Nuremberg, que julgou os criminosos de guerra nazistas, e outros tribunais correlatos estabeleceram a responsabilidade pessoal que cada um tem, tanto ao dar uma ordem vil como ao cumpri-la. O que sucedeu ao general japonês Yamashita é bem ilustrativo desse princípio. Esse general foi condenado à morte por uma corte de generais americanos, ao fim da Segunda Guerra Mundial, pela sua omissão (vejam bem: apenas omissão) em impedir atrocidades cometidas por tropas sob o seu comando nas Filipinas, apesar da atenuante de serem precários os seus meios de comunicação com as tropas que, aliás, estavam sob bloqueio e sob bombardeio. O general MacArthur confirmou a sentença e o general Yamashita foi enforcado.

8 — Vê-se assim que não é só o médico que está sob injunção que veda a prática de atos desumanos. Esse é um preceito moral que atinge a todas as pessoas. Contudo, o cientista e o intelectual têm um especial compromisso diante da humanidade. Infelizmente, muitos deles demonstram uma tendência escapista ao atribuir os males do mundo ao poder militar. Es-

sa é uma autêntica fuga à responsabilidade, pois a história tem demonstrado que a intervenção militar é, muitas vezes, a consequência da falha das elites em assumir as suas obrigações sociais, falha essa da qual têm sido cúmplices intelectuais e cientistas. Não raro acontece que intelectuais e professores universitários tentem usar o poder militar para benefício pessoal ou como meio de encobrir a própria incompetência ou a própria má-fé.

9 — Quando, em 1939, Einstein escreveu ao presidente Roosevelt a famosa carta, em que mostrava ser possível a fabricação da bomba atômica, os cientistas assumiram imensa responsabilidade, pois a ciência moderna é onipotente, podendo até destruir a vida na terra. Essa é a razão pela qual, nos países mais civilizados, os cientistas cada vez mais se engajam em assuntos políticos. A antiga visão da ciência, expressa por Hill em 1933, não tem mais vez. Para ela, a ciência deveria ser mantida não engajada como um requisito para a completa honestidade intelectual; deveria permanecer independente e recusar-se a se misturar ou ser dominada por divindades, considerações morais, políticas ou retóricas. Com a tendência, cada vez maior, de fazer a conversão dos resultados das pesquisas científicas em instrumentos de destruição ou repressão, o cientista teve que se tornar um militante em política. Embora os fatos científicos sejam eticamente neutros, o uso desses fatos não o é. Além disso, a ciência requer uma sociedade livre para desenvolver-se. É como, recentemente, escreveu Bronowski para a Academia de Ciências de Nova Iorque:

"A comunidade de cientistas tem como compromisso um conjunto de valores cuja finalidade é chegar à verdade através da argumentação livre. Desses valores o mais importante é a independência. (...) A Ciência (...) deve dar um valor especial a todas as formas de liberdade: liberdade de investigação, liberdade de pensamento e liberdade de palavra." E, mais adiante: "Na sua essência, a ciência é um processo democrático e não um processo ditatorial. Ela progride pela argumentação livre para uma livre concordância."

10 — Voltemos ao *Juramento*. A menção que faz ao aborto é também digna de comentários. Embora esse assunto esteja encarado hoje de um modo menos restrito, cumpre considerar, em princípio, o respeito à vida humana, que a versão resumida da nossa Faculdade não exprime claramente, mas que a *Declaração de Genebra* enfatiza quando diz: "Conservai o máximo respeito pela vida humana desde sua concepção."

A nova velha Europa (3)

FRANÇA E ALEMANHA, A LUTA DA JUVENTUDE

De repente, percebo que o trânsito está engarrafado. Ao longo da Kurfürstendamm, avenida principal de Berlim, os automóveis andam inesperadamente devagar. Trânsito engarrafado, na Alemanha, não é surpresa: é escândalo. A intérprete, que me pegara no hotel para levar-me a uma conversa com o líder do Partido Social Democrata, no Parlamento (como a Guanabara, Berlim é cidade-Estado), fica germanicamente nervosa com a hipótese de chegarmos atrasados ao encontro. Fala com o motorista, ele liga o rádio de controle, comunica-se com a sua central (era um carro posto à minha disposição pelo governo) e sorri:

— Não é nada. São os estudantes fazendo uma manifestação contra Nixon por causa da guerra do Vietnã. Acaba logo.

— Acaba logo o quê? A manifestação ou a guerra?

— As duas. A guerra acaba amanhã (era 26 de janeiro, véspera da assinatura do tratado de paz, dia 27). E os estudantes estão cortando a avenida em direção ao Consulado Geral dos Estados Unidos, que já deve estar protegido e preparado para ouvir os desaforos.

Era exatamente isso. Na esquina, desponta a multidão, como longa serpente ordeira, carregando bandeiras e faixas vermelhas e gritando **slogans** anti-americanos. Parecia um fantástico cortejo real. O cortejo do povo-rei. Na frente, duas motocicletas da polícia de trânsito abriam caminho. Lá atrás, dois carros radiopatrulha acompanhavam à marcha. Um hino forte, vivo, vai nascendo e enche a avenida. À beira da calçada, outros olham. Alguns batem palmas. Os carros tranquilamente esperam o cortejo passar, sem uma buzina. E a longa serpente vermelha acaba de atravessar o coração de Berlim e vai em busca dos representantes de Nixon para dizer-lhes programados desaforos.

Providencio um telefone-

ma para o Parlamento, atraso de uma hora o encontro e vou assistir à manifestação. O Consulado estava belicamente cercado por um cordão de soldados armados, uma dezena de radiopatrulhas e dois imensos carros-pipa, desses de dissolver multidões a água. (Nosso conhecidíssimo **Bru-cutu**). Não foi preciso nada. A multidão foi chegando, chegando, ocupou inteiramente a praça, armou um palanque improvisado e começaram os discursos, cada orador representando sua categoria ou classe social: estudante, operário, escritor, jornalista, professor, cientista. Nenhum incidente, nada. Apenas o povo livre e soberano na rua, dando seu recado de protesto contra os crimes dos Estados Unidos, senhores de muitos mundos, inclusive daquela cidade,

de, ainda oficial e militarmente ocupada pelas tropas norte-americanas.

Em todas as capitais da Europa, naquele dia, estavam se repetindo manifestações iguais. Em geral, sem incidentes. Porque, na Espanha e na Grécia, o governo proibiu e os estudantes e operários saíram às ruas no peito, lutando com a polícia, deixando muitos feridos nos hospitais e dois corpos jovens estendidos no asfalto, em derradeira oblação a Nixon, senhor da guerra e de suas pátrias. Em Paris, embora consentida, a manifestação também acabou em choque com a polícia, porque esta quis desviá-la do centro e o que estudantes e o povo queriam era precisamente, saindo dos vários **boulevares** centrais (Saint Germain, Saint Michel, Gare Saint Lazare, Concorde, etc) reunirem-se nos Champs Elysées, para Pompidou também ouvir os discursos. Houve correrias, avanços e recuos, mas nenhuma prisão, nenhum ferido, nenhum cadáver. E acabaram todos, como tinham planejado, nos Champs Elysées. Para tremor e irritação do doutor Pompidou.

Mas não é bem esse o assunto de hoje. Em próximas reportagens, mostrarei como atuam os estudantes europeus nas universidades da Alemanha, Iugoslávia e França. E como lutam contra as três ditaduras da Europa Ocidental: Portugal, Espanha e Grécia.

Hoje, quando os estudantes franceses estão de novo do mundo, veremos o que é a **Lei Debré** e sua odiosa e gratuita agressão a uma juventude que está de saco cheio com tanta guerra e tanto belicismo e não concorda em prejudicar estudos para treinar a matar. E veremos também a participação ativa, presente, magnífica da juventude alemã no processo político do país, até mesmo dentro do comando do governo, através do Partido Social Democrata, do **premier Willy Brandt**.

França, a briga do hoje

NAS últimas eleições francesas (4 e 11 de março), duas espetaculares derrotas amargaram sobretudo o governo de Pompidou: a de Maurice Schuman, ministro do Exterior, e a de Michel Debré, ministro da Defesa. Na França, com raríssimas exceções, os

parlamentares. Poder é para quem tem delegação popular, legitimidade, mandato.

Quem não gosta de disputar representação, quem tem medo de pedir credencial, quem não tem voto, atua politicamente em nível profissional, social. Ou vai criar galinha. Mas em nome do povo só fala quem teve delegação expressa. Como no samba, legitimação de poder não é banana que plantando dá. Tem que plantar trabalho e colher voto. Não colheu, volta para casa.

Michel Debré, ex-ministro da Defesa, *degaullista* ortodoxo, líder da linha dura no ministério de Pompidou, antes de ser derrotado (e não foi reeleito certamente por isso) deixou uma bomba de retardamento que vai dar muito trabalho ao governo este ano: a lei de seu nome.

Ela tinha sido aprovada dois anos atrás, mas só agora, entrando em vigor, é que a juventude viu de frente a baba da guerra ainda escorrendo sobre seu futuro. A *Lei Debré* é fundamentalmente isto:

— De agora em diante, o serviço militar obrigatório será feito aos 20 anos e não mais aos 25.

Até aqui, entrando na Universidade com 18, 19, 20 anos, o estudante só ia fazer serviço militar depois de formado. Não prejudicava os estudos, não cortava o curso no meio, não criava problemas de mudança de cidade para servir. E, formado, ia cumprir seu dever para com a pátria, já em condições profissionais de não partir a vida. Mas o *direitista* Michel Debré, notoriamente fascista, mudou tudo. E a lei foi aprovada a qualquer preço, porque

Pompidou tinha maioria absoluta no Parlamento. (Agora, com a maioria bastante diminuída e incerta, a lei seguramente não seria aprovada). Perguntam os estudantes, a meu ver com inteira razão:

— Se a França não está em guerra, se não temos mais colônias para escravizar, se o fim da guerra fria distendeu as relações mundiais, se as relações com a Alemanha, depois do governo de Willy Brandt, são cada dia mais cordiais, se o Mercado Comum Europeu vai aos poucos fazendo da Europa uma grande família econômico-financeira (e até política), por que, exatamente agora, esta medida visível e belicista, de antecipar o serviço militar, atrapalhando profundamente o curso universitário?

Há um ano que os estudantes pediam a revisão, reclamavam, protestavam e o governo não deu resposta. Mas eles jogavam com a vitória da esquerda e, conseqüentemente, com a revogação da *Lei Debré*. Pompidou, a duras penas, manteve maioria no Parlamento. Que fazer?

Os estudantes saíram para a rua. A lição de 68 está aí, recente, vivíssima, bem aprendida: durante dezenas de anos os estudantes pediram a reforma da velha e caduca universidade francesa. Ninguém lhes deu ouvidos. Quando foram para a rua e pararam o país, correram todos, a começar de De Gaulle e Pompidou, fazendo públicas e escancaradas autocriticas e determinando a imediata reforma da Universidade.

Que começou, vai indo devagar mas vai indo. Hoje, o governo fatura, todo mundo elogia, bate palmas, canta hinos aos frutos benéficos da reforma universitária na França. Mas esquecem de lembrar que ela só veio depois que a juventude foi para o *Quartier Latin* levar cacete dos *flics* e bomba de gás lacrimogêneo nas ventas. *L'Express*, a insuspeitíssima revista de J. J. Servan-

Schraiber (que traiu a oposição e garantiu a vitória de Pompidou no segundo turno de 11 de março), mostra esta semana um dado novo, que amplia qualitativamente a face do problema: a luta agora, apesar de já haver paralisado todas as universidades francesas, é sobretudo de nível colegial. São os meninos do ginásio, do colegial, do secundário (na França não há ciclos diferentes, é um só) que estão brigando agora contra uma lei injusta que vai pegá-los daqui a dois, três, cinco anos. Já se vê que a coisa é muito mais ampla. Um país como a França, com um nível de ensino médio tão alto, ter que enfrentar a paralisação das aulas em todas as escolas (secundárias e universitárias), é um problema gravíssimo. Conta *L'Express*: "Há dois meses, a greve estendeu-se a todos os ginásios da França. Lyon, Agen, Rennes, Caen, Lille, Strasbourg, Paris. Os ginasianos iniciaram uma jornada de explicação na porta das usinas, junto às estações. Eles manifestaram aos gritos: quente, quente, a primavera será quente. Em Paris, na Universidade de Ciências, uma rádio, a *Entonnoir*, difundia a palavra de ordem entre trechos de música *pop*. Como os ginasianos vivem esta greve? Que sentido dão a ela? Que se passa verdadeiramente nos ginásios? É ela importante? Séria? Fútil? Para sabê-lo, nada mais simples do que escutar. Eles sabem falar bem. Cinco foram entrevistados. Didier, 19 anos, representante da União Nacional dos Comitês de Ação Ginasianos — (UNCAL), próxima do Partido Comunista. Michel, 18 anos, representante do Comitê de Greve Ginasiana, membro da Liga Comunista — trotskista. Valéria, 15 anos, aluna do segundo ano do ginásio Montaigne. Philippe, 18 anos, aluno do ginásio Janson-de-Sailly. Jacques, 17 anos, aluno do primeiro ano no ginásio Honoré de Balzac, todos três sem pertencer a uma organização.

L'Express: Como nasceu o movimento?

Didier — No início do ano, quando os jovens começam a receber o chamado para o recrutamento, descobriram que não mais teriam *sursis*... O terreno estava preparado.

Nós da UNCAL não descobrimos hoje a lei. Desde sua votação, em julho de 1970, nós queremos desenvolver um movimento nos ginásios. Michel — Pode-se espantar ao ver que o movimento começou tão tarde, com dois anos de atraso, mas os ginasianos ficaram sensibilizados quando tomaram noção da lei e foram diretamente tocados por ela no início de 1973. Agora, comitês contra a *Lei Debré* foram formados nos colégios.

Philippe — Gostaria de acrescentar alguma coisa. Os ginasianos não compreenderam muito bem que em outros movimentos eles lutam contra sintomas. A *Lei Debré* não é uma injustiça, um erro isolado devido à vilania governamental e a um Parlamento fraco, é um sintoma preciso, localizado, de uma política governamental muito precisa sobre um conjunto de coisas. Nossa palavra de ordem de base é a revogação da *Lei Debré*, de uma parte bem precisa dela, referente ao *sursis*. Mas nos batemos sobretudo contra todo o sistema, toda a política governamental, que objetiva nos internar. *L'Express*: É por isto que o movimento se estendeu tão rapidamente?

Michel — As manifestações surpreenderam os mais otimistas entre nós. É preciso dizer que os ginasianos não se batem por um privilégio que lhes foi retirado. Mas também pela extensão do *sursis*.

Dois fenômenos são importantes: a mobilização, que é também importante nos ginásios e entre os jovens, e a entrada maciça na luta dos colégios e das escolas técnicas."

Alemanha, a briga do amanhã

EM Bad-Godesberg, pequeno, discreto e silencioso subúrbio de Bonn, capital da Alemanha Ocidental, de doces hotéis com luxo e cara de antigamente, reuniu-se, de 9 a 11 de março último, o Congresso Nacional da Juventude Socialista Alemã. M. Wolfgang Roth, presidente dos Jusos (assim são chamados os jovens socialistas), dizia tranquilo na véspera do encontro:

a) "O projeto do Programa a Longo Prazo do SPD (Partido Social Democrata, do premier Willy Brandt) estará no centro dos debates. Faremos nossas críticas à direção nacional do SPD, pois defendemos o desenvolvimento de uma estratégia anticapitalista em nível europeu".

b) "Não temos intenção de criar frações dentro do partido, mas o SPD será ainda mais forte nas eleições de 1976 se adotar uma política consequente em favor dos trabalhadores. Durante a campanha eleitoral do fim do ano passado, os Jusos mantivemos uma trégua com a cúpula partidária. No dia seguinte à vitória, na qual, tivemos uma participação ativa, a trégua estava suspensa e retomamos nossas críticas à política partidária."

c) "Somos mais de 250 mil jovens organizados dentro do partido, não como movimento autônomo, mas como uma comunidade de trabalho integrada no SPD. Todo militante do partido com menos de 35 anos é automaticamente membro dos Jusos. Daí a grande influência que temos dentro do SPD. Nosso congresso, que se abre amanhã, aparece muito justificadamente como uma prévia do congresso nacional do SPD, de 10 a 14 de abril, agora, em Hanovre".

d) "Em sua grande maioria, os Jusos não estão de acordo com a política traçada pelo SPD. Reclamamos de o partido ser muito tímido, de tender a um reforçamento do sistema existente e não a uma transformação das relações econômicas e

sociais. Uma resolução proposta ao congresso, o que será evidentemente discutida, diz: *O objetivo do trabalho dos Jusos no partido é a transformação do atual SPD em um partido socialista consequente, que abandone seu papel de fronteiro da dominação capitalista e não deixe que as condições de sua ação sejam impostas pelo capital monopolista ou pelo seu escritório político, a CDU* (Partido Democrata Cristão, oposição ao SPD e que na Alemanha tem uma posição extremamente direitista).

e) "Para chegarmos a nossos fins, queremos desenvolver uma dupla estratégia: de um lado, realizar um trabalho de propaganda nos sindicatos e nas empresas e fazer pressão sobre o poder político, agindo, se necessário, fora das instituições, organizando, por exemplo, manifestações de rua (como em janeiro último, quando dos bombardeios americanos sobre o Vietnã do Norte). De outro lado, intervir dentro do SPD para fazer crescer a influência da ala esquerda."

f) "O socialismo, porque é razoável. Esta é a palavra de ordem adotada para nosso congresso. Criticamos a maioria do partido precisamente por haver abandonado o objetivo socialista. Concentramos nossas críticas sobre o Programa a Longo Prazo, preparado por uma comissão presidida pelo ministro das Finanças, Helmut Schmidt, cujas grandes linhas serão debatidas no congresso do SPD em Hanovre (10 a 14 de abril)".

g) "Entendemos que o projeto de Programa a Longo Prazo rompe com os princípios fundamentais do partido, desenvolvendo uma ideologia do crescimento, segundo a qual a expansão econômica é a condição necessária à realização das reformas sociais. Alguns

dos nossos, uma pequena fração, defendem a tese do capitalismo monopolista de Estado. Mas a maioria acha que não basta o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto), sendo indispensáveis as reformas de estrutura. Propomos restringir a iniciativa dos empresários particulares em matéria de investimento, nacionalizar os bancos e as indústrias-chave, orientar os investimentos privados e submeter os investimentos sociais à coletividade. Essas reformas, que devem abrir caminho a um socialismo-democrático, são incompatíveis com o sistema econômico e social atual, contrariamente ao que parecem pensar os dirigentes do SPD".

h) "Em política exterior, discutimos a participação da Alemanha na OTAN e defendemos a criação na Europa de uma zona desmilitarizada. Queremos a reforma da solidariedade entre os socialistas para construção de uma Europa dos trabalhadores e uma ajuda cada dia maior aos países subdesenvolvidos".

Claro que, com essa posição e essa importância, — escreveu Daniel Vernet no *Le Monde* — "os Jusos não representam apenas alguns milhares de jovens um tanto turbulentos. As idéias que eles exprimem correspondem à opinião de uma fração importante do SPD. De dois anos para cá, a ala esquerda do partido ampliou sua audiência. Nos congressos regionais preparatórios ao congresso nacional de Hanovre, a esquerda registrou numerosos sucessos. Ela pode desde agora contar com 40 a 45% dos mandatos. É o bastante para pôr a direção do partido embaraçada no congresso de 10 de abril". No dia 12 de março, a *France Press* mandava de Bonn o seguinte telegrama, que confirma inteiramente a posição dos Jusos

dentro do SPD:

"O Congresso dos Jovens Socialistas (Jusos), realizado em Bad-Godesberg de 9 a 11 de março, reelegeu Wolfgang Roth para a liderança do movimento. Com 32 anos, Roth obteve 138 dos 208 votos de delegados-eleitores. Depois da reeleição, Roth pediu que o próximo congresso do SPD, convocado para 10 de abril em Hanovre, tenha conta das conclusões aprovadas pelos Jusos, sobretudo no que se refere às críticas ao Programa a Longo Prazo do partido. Os jovens do SPD reclamaram melhor cooperação dos movimentos socialistas na Europa Ocidental para que a Comunidade Européia (Mercado Comum) não continue como a Europa do capital. Favoráveis à nacionalização das indústrias-chave e dos grandes bancos, pronunciaram-se também contra os grupos militares integrados. Partidários da mobilização política da população e da luta de classes, declararam-se solidários com o programa da esquerda francesa e favoráveis a uma colaboração com os partidos comunistas ocidentais". Como se vê, nos ginásios, nas universidades, nos partidos políticos, a juventude européia joga todos os seus trunfos, mobiliza todos os meios e possibilidades de luta para participar do processo nacional, sem nenhuma alienação, sem nenhuma concessão aos que imaginam silenciá-la. Porque eles sabem que o amanhã ou é deles ou será contra eles. E, se é assim, é uma ilusão esperar que os velhos, que saem, lhes dêem o futuro de presente. É preciso conquistá-lo desde agora, porque as nações não caem do céu, como estrelas. Elas nascem das mãos dos homens. De seu suor, de seu duro labor, às vezes sangrando, como o dia nasce da madrugada.

VIDA, PAIXÃO E MORTE DOS IMORTAIS

Vaga na Academia Brasileira de Letras é como cio de abelha-rainha: uma excitação incontrolável no cortiço literário. Fala-se em 25 candidatos para a cadeira atualmente vazia. No dia, restarão apenas uns três zangãos disputando a

engalanada noite de amor com a glória. Vamos recordar algumas das histórias que compõem o imortal folclore.

1 — Capistrano de Abreu, convidado, recusou-se a entrar:

— "A única sociedade de que faço parte é a sociedade humana, mesmo assim porque não fui consultado antes".

2 — Monteiro Lobato, eleito contra a vontade, não tomou posse. Depois da dura lição, eles aprenderam: candidato tem que escrever carta pedindo para entrar, assinar, reconhecer a firma e visitar os acadêmicos em casa, para o beija-pé dos envelhecidos bezerros de ouro.

3 — Lauro Muller tinha sido ministro da Viação e Obras Públicas. Nunca escrevera um livro. Entrou para a Academia. Agripino Grieco explicou:

— "Ele entrou com as obras completas do cais do porto do Rio de Janeiro".

4 — Quando Dom Aquino Correia, arcebispo de Mato Grosso, foi eleito, o velho Agripino Grieco justificou: — "A Academia pensa que a coroa dele é clara-boa da inteligência".

6 — Quando Rui Barbosa morreu, alguém lançou a idéia de deixar permanentemente vaga sua cadeira, numa

homenagem ao pequenininho super-imortal. O palpite não pegou e fez-se a eleição. Vence Medeiros e Albuquerque. Grieco vai em cima:

— "O professor Medeiros e Albuquerque encerrou competentemente a polêmica entre os que queriam deixar vazia a cadeira de Rui e os que



AGRIPINO GRIECO

exigiam a eleição: eleito, ocupa a cadeira e mantém a vaga".

7 — Manoel Bandeira se elegeu derrotando Berilo Neves, genro do todo-poderoso ministro da Fazenda de Getúlio, Sousa Costa. (Uma espécie de Delfim com genro). Todo mundo sabia que Ataulfo de Paiva (Ataulfo Nápoles de Paiva, como ele exigia ser chamado), posado, medíocre e subserviente, entre o poeta e o genro do ministro, votaria neste. No dia, foi um escândalo. Ataulfo Nápoles de Paiva votou em Manoel Bandeira. Josué Montelo, que desde aquele tempo já rondava o cais de sua própria sagração, perguntou a Ataulfo a razão do seu primeiro voto decente:

— Por que o senhor não votou no dr. Berilo Neves?

— Esse rapaz, meu filho, não deve ser boa coisa, pois o sogro dele, que é muito mes

amigo, não me pediu o voto. Devem estar estremecidos.

8 — O maior escândalo da história da Academia foi a eleição de Osvaldo Orico. O grande poeta mineiro Lindolfo Gomes, já velho, plantando discretamente em Juiz de Fora sua importante poesia, recebeu um domingo a visita de Gustavo Barroso, Olegário Mariano e Afrânio Peixoto, que na época eram os três líderes atuantes da rua presidente Wilson. A Academia, oficialmente, mandava convidá-lo para ser eleito por unanimidade, como aconteceu depois com Álvaro Lins, Otávio de Farias e mais uns poucos.

Lindolfo Gomes tirou do armário o terno de ver Deus, calçou o sapato guardado que apertava os calos, pegou o trem e chegou ao Rio recebido pela imprensa com as justas homenagens ao excelente poeta

que não saía de seu retiro mineiro e não fazia a chamada vida literária. Poucos dias antes da eleição, candidata-se Osvaldo Orico. Ninguém levou a sério. Auxiliado pela mulher, Osvaldo Orico fez um terrível trabalho de bastidores, de penumbra. Aberta a urna, estava derrotado Lindolfo Gomes. A Academia caiu num silêncio de surpresa e constrangimento. Ataulfo Nápoles de Paiva, presidente, tentou salvar a cerimônia:

— Vamos, como de praxe, saudar a vitória do doutor Osvaldo Orico com um salva de pálmias

Três ou quatro bateram encabulados. Gustavo Barroso levantou-se, lá de trás:

— Presidente, peço demissão da Academia.

— Demissão, por que?

— Tenho vergonha de continuar numa entidade cujos membros enganam rotativamente uns aos outros, por motivos inconfessáveis, que não foram nem literários nem sequer políticos.

Pedro Calmon ficou pálido, pressentindo o escândalo, quando a crise saísse dali:

— Façamos um apelo ao nosso querido companheiro Gustavo Barroso para que ele reflita e desista. Nosso cenáculo é um organismo. Como todo organismo, tem seu coração. O coração da Academia é Gustavo Barroso. Como viveremos sem ele?

— Muito bem, apoiado. É um apelo unânime.

Ataulfo de Paiva tenta contornar:

— A urna está ali, os votos estão ali, não houve erro nem fraude.

Os eleitos sempre foram acatados por nós. Que razões tem o ilustre acadêmico Gustavo Barroso para seu gesto?

— As razões são muito claras. Não posso sentar-me ao lado de um falsário. Há pouco, um júri de escritores apurou que a biografia do Duque de Caxias, publicada pelo sr. Osvaldo Orico com seu

nome, não era dele mas de outro autor que havia entregue os originais há dois anos a uma editora e lá eles tinham desaparecido. Depois, a justiça condenou o sr. Osvaldo Orico a devolver os direitos autorais. Não posso sentar-me ao lado dele.

Ataulfo de Paiva interrompeu:

— O senhor está acusando um ausente. Não é um comportamento elegante. Gustavo Barroso saiu de sua cadeira e avançou para a mesa da presidência:

— Não aceito lição de pulha. Parto-lhe a cara.

A turma do deixa-disso correu. Pegaram Gustavo Barroso, que saiu do recinto esbravejando:

— Espero-o lá fora.

Deu oito horas da noite, Gustavo Barroso na calçada e Ataulfo de Paiva trancado lá dentro. Acabou saindo como lua nova. De fininho.

A disputa pela primazia de ser o berço nacional

Aqui nasceu o Brasil é o título de uma reportagem publicada na revista *Rodovia*, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Alguns trechos do texto: "andando a 80 quilômetros por hora e parando uma hora para almoço, você terá tempo para dar uma olhada no Monte Pascoal, (o Parque Nacional fica a 14 quilômetros da BR-101) e chegar a Porto Seguro por volta das 19 horas. Os dois hotéis da cidade são pequenos, mas são os melhores da região." (...) "O Marco do Descobrimento e de Posse do Brasil é o monumento principal de Porto Seguro". (...) "A cidade divide-se em duas partes: alta e baixa". Aos 27 anos e impulsionado pela máquina jornalística dirige por Assis Chateaubriand, fui designado para escalar o Monte Pascoal e fincar no cume as bandeiras do Brasil e de Portugal. Saí de avião da antiga Condor em Belmonte e embarquei numa canoa, percorrendo bom trecho do rio Jequiúbenha. Deseti o rio e montei numa mula, não jantar em Mojiquicaba. Amanheci em Santa Cruz de Cabralia que, há anos, luta pela ideia de ter sido o local do desembarque de Pedro Álvares Cabral. O povo de Porto Seguro nunca aceitou a provocação. Mas a guerrilha já dura 473 anos. Ao lado do prefeito Avelino, cheguei a Coroa Vermelha, de um tosco cruzeiro dominava um pedaço de praia. Foi aqui que Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa no Brasil. Santa Cruz de Cabralia era — e ainda deve ser — um triste documento de abandono. Não tinha nada. No único boteco, consegui um sanduiche: duas bolachas espremendo uma sebenta fatia de mortadela. Depois de Belmonte, até atingir Porto Seguro, só vi miséria. Gente com fome e analfabeta. Todos à margem da própria nacionalidade. Nunca andei à cavalo, porém quando cheguei a Porto Seguro, havia vencido 130 quilômetros em menos de 24 horas. Lembrou-me do prefeito Carlos Martins

ensaiando uma saudação à minha chegada, em companhia de alguns escoteiros e vereadores. O meu problema não era ouvir discursos e sim ser retirado de cima da mula, com as virilhas e nádegas em chagas. Passei dois dias em banho-maria, com sal e álcool. Farmácia não existia. O prefeito, também médico, no dia anterior, havia amputado a perna de um caboclo. Foi com serrote e a anestesia foi um litro de aguardente. Isto não ocorreu no século passado: foi em 1939. Porto Seguro, com suas quatro ou cinco ruas de areia, apresentava um aspecto desolador. Não tinha iluminação e o único meio de comunicação permanente era um velho aparelho Morse, que funcionava à base de baterias, sempre carregadas com o auxílio de um precário catavento. Um caminhão no lugar era um acontecimento importante. Esporadicamente baixava no campo de Nossa Senhora da Ajuda um avião da Condor ou do Correio Aéreo Militar. Ai, sim, era dia de festa. Fiquei amigo de dois historiadores da terra, o juiz Perpedigno Ricaldi e Manuel Bastos. E com eles visitei as ruínas históricas, destacando-se o reduto de Santa Cruz, cujos canhões estavam atirados na praia desde 1503, já que foram trazidos pela expedição de Gonçalo Coelho, o navegador que ficou na terra semi-ílgem o Marco do Descobrimento. O Marco estava caído na única praça e, durante muito tempo, serviu para o corte de carne verde, quando de 15 em 15 dias era abatida uma rês. Passei pelos destroços do Colégio dos Jesuítas, construído em 1549, demolido para dar lugar a um estábulo. Entrei na Igreja da Misericórdia, outra relíquia em péssimo estado de conservação, com madeirame podre, as paredes fendidas e o teto por desabar. Nessa Misericórdia há um Cristo de quem falou Fernão Cardim, em 1583:

"Na Misericórdia tem um crucifixo da estatura de um homem, o mais bem acabado, proporcionado e devoto que vi, e não sei como a tal terra veio tão rica coisa."

O cupim de há muito destruiu o Cristo. Assis Chateaubriand não ficou satisfeito com as reportagens históricas. Queria mais. Exigia, a qualquer preço, que as bandeiras do Brasil e Portugal fossem desfraldadas no pico do Monte Pascoal, a fim de que 30 pequenos aviões sobrevoadassem a histórica montanha no dia 3 de maio de 1939.

Deixei de lado o Paço Municipal, construído em 1772, a velha Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Glória e a de Nossa Senhora de Ajuda, construção de 1551. Fiquei hospedado na casa da família Cláudio, a mais importante do triste e desfigurado lugar. Organizei uma pequena caravana e parti rumo ao monte Pascoal, deixando Porto Seguro com o pitoresco luxo de possuir duas cidades: alta e baixa.

Os moradores de Porto Seguro só tinham um interesse: o de provar ao repórter que Cabral desembarcou ali e não em Santa Cruz de Cabralia. Mas a minha missão era fincar as bandeiras no cume. Outra aventura que custou cinco dias de canoa, lombo de burro e a pé. Por falta de uma medição certa, os moradores davam ao monte uma altura de 750 metros. Sabe-se, agora, que tem 586. Voltando à reportagem publicada em *Rodovia*, do mês de abril:

"A caminhada penosa, principalmente nos últimos metros, embora não possa ser classificada como escalada ou alpinismo, exige coração forte, passos cadenciados com repetidas paradas para desconso e muita água para renovar o fôlego."

Coração forte, herdei de minha raça nordestina, o que não me impediu de ficar com o corpo

coberto de carrapato. Da água cristalina que corria dos riachos ficou a lembrança do batismo de um córrego com meu nome. Finalmente, cheguei ao pico, acompanhado por oito pessoas, inclusive o médico Oswaldo Cláudio.

O Brasil havia sido descoberto...

Fiz uma fogueira, sinal combinado para que os moradores dos lugarejos por onde passei, ao longo do litoral — como Mojiquicaba, Caraiva, Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro — soubessem que a missão havia sido cumprida. No cume, encontrei apenas uma miserável palhoça, habitada por um louco que fuziu à aproximação do grupo. Voltei a Porto Seguro pelo mesmo trajeto. Tornei a percorrer o caminho da miséria, com milhares de brasileiros desnutrídos e analfabetos. E no berço do Brasil já encontrei os aviões que participavam da revoada organizada por Assis Chateaubriand.

Para que os tripulantes e convidados da festa tivessem acomodações, foi preciso mandar buscar 200 camas em Salvador, comprar gêneros alimentícios em Belmonte e Ilhéus, de onde veio o bispo, Dom Eduardo José, da mesma ordem de Frei Henrique de Coimbra, para celebrar a missa campal em Porto Seguro.

À noite, saí a passear com o almirante Gago Coutinho, o comandante simbólico da esquadilha. Ele faria, no dia seguinte, uma conferência no Paço Municipal, construído pelo ouvidor José Xavier Machado Monteiro, em 1772, mostrando que Cabral não descobriu o Brasil por acaso. Confirmada a hipótese de geógrafo português, que em 1922 ao lado de Sacadura Cabral realizou o vôo Rio-Lisboa, mostrou que o Atlântico não era mais a fortaleza inexpugnável do Brasil, exata aquela versão, de que Cabral fez um grande mal: trouxe nas quilhas de suas caravelas a necessária quantidade de ópio para deixar uma terra orgulhada no mais triste abandono, sem reação de espécie alguma por parte de seus habitantes, que há séculos ficaram acomodados em a miséria. Foi isto que vi em Porto Seguro, o berço em que nasceu o Brasil. É possível que algo tenha melhorado, porém muito pouco para uma população de 34 mil habitantes, espalhada por 3.540 quilômetros, duas vezes a área da Guanabara. Brigam pela glória do descobrimento a ponto de a população de Santa Cruz de Cabralia não ter participado da festa de Chateaubriand e, por sua vez, o povo de Porto Seguro já destruiu várias vezes o Cruzeiro da Primeira Missa, na Coroa Vermelha, território contestado. Nesta ingênua disputa, esquecem que são irmãos gêmeos na miséria!

Quanto ódio puedes instilar, dr. Corção

Recebi o livro do dr. Gustavo Gorção, recém-saído pela Record e me animei, sinceramente, a lê-lo e apontar virtudes possíveis, talvez criticá-lo sem amargura, isento de predisposições, democrático. As 438 páginas de *O Século do Nada* poderiam, quem sabe, trazer alguma luz antiga, a mesma que o inspirou a escrever imagens sensatas como as que aparecem por exemplo em *Lições de Abismo*, a meu ver o melhor trabalho do dr. Corção, apesar dos pesares. Gostaria de encontrar neste lançamento de agora

uma seleção de qualquer coisa semelhante aos seus ensaios sobre Machado de Assis, inclusive quando reconhece um pensamento dialético no *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Tomei meu longo banho, aproveitei-me do silêncio da minha casa, deitei-me na rede alva e passei a folhear. Páginas e páginas fui passando, calmo e vagaroso, entendendo até mesmo certas — digamos — aleivosias (palavra antiga e ridícula) e decepções individuais do autor. De repente, aí pela folha 300,

tive de parar, tive sim. Eu não sei como é que esse homem pode carregar tanto ódio mais amarga possível, tanta segura de alma. Do início até onde pude ir não dentro de si, tanta bilis a existe outra novidade: é o fel derramando, é a deturpação de fatos históricos, é o pavor neurotizado da palavra *democracia*. Investe contra tudo, contra qualquer afinidade entre o pensamento de Cristo e a ação de Cristo. É uma morbidez insensata contra as reformas, as mais tímidas, contra qualquer

ato que faça evoluir o que está burocratizado, inútil. Enquanto a América Latina se sacode por inteira, generais e coronéis falando que o comunismo não assusta, mas sim a fome, a miséria, a ignorância do continente; enquanto os argentinos fazem eleições livres e o povo esnaga os candidatos governistas; enquanto o general Torrijos, do Panamá, clama por justiça — bem, o dr. Corção continua cego e surdo ao progresso, atento somente ao Século XV, de quem naturalmente tem enorme saudade. É lamentável, é triste ver um ser humano, um cidadão comum igual a qualquer um de nós, espumando ódio, cuspiendo veneno, rouco de tanto clamar pela anti-história. Que suicídio lento o seu, dr. Gustavo Corção, sinceramente. O seu *Século do Nada* poderia ser, também, *O Livro do Nada*. Adeus, dr. Corção.

balcão

★ O romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, um dos clássicos da nossa literatura naturalista, já é de domínio público e a Martins de São Paulo não pode mais lançá-lo com exclusividade. A Edição de Ouro trabalhou direito e em todas as livrarias está vendendo essa beleza a cinco cruzeiros. Traços biográficos, bibliografia e introdução a cargo da professora Dirce Cortes Riedel.

★ Nelson Dantas traduziu *O Matador*, do romance psicológico inglês Colin Wilson. Sabiá.

★ Em 1958 saiu em Belo Horizonte *Tempo e Memória em Machado de Assis*, do professor da Universidade de Minas Gerais Wilton Cardoso. Eu ficaria gratíssimo se alguém pudesse me conseguir um exemplar. Quem sabe, o próprio autor.

★ Ora, que boa notícia! Em 1736 havia no Rio de Janeiro um brigadeiro, José da Silva Paes, que dava a maior força a uma Academia dos Felizes, entidade literária curiosíssima!

★ A Distribuidora Record anunciando mais dois livros da argentina Silvina Bulrich: *O Feiticeiro e Bodas de Cristal* — ambos traduzidos pelo jornalista Remy Gorga Filho; e também *Psicocibernética*, de Maxwell Maltz, onde procura demonstrar que ninguém é condenado ao fracasso senão pela própria culpa.

★ Faltava o professor Rocha Lima porque a sua Gramática Normativa da Língua Portuguesa chega à 16.ª edição.

★ Segundo o Lorde Acton, cultivador de pensa-

mentos e máximas, o poder tende a corromper e quando ele é exercido de modo absoluto, corrompe absolutamente.

★ O *Cerimônia da Noite*, de Miriam Campelo, sairá aí por agosto/setembro pela José Olímpio. Trata-se de um romance seríssimo sobre um problema de incesto entre irmãos e que vai dar o que falar. Já ganhou por antecipação, um prêmio do Pen Clube.

★ A *Sudamericana*, de Buenos Aires, soltou o *Libro de Manuel*, o romance mais recente de Júlio Cortázar. Ele esteve presente ao lançamento, autografou exemplares e ainda apadrinhou a saída da revista *Liberación*. Os direitos autorais do volume foram doados para a defesa dos presos políticos, isto é, entregues a uma entidade que vai cuidar do assunto.

★ O mineiro Oscar Mendes já entregou a Companhia José Agullar Editora a tradução de *Poesias Seleccionadas*, de García Lorca.

★ Alguém poderia me dizer o endereço do *Círculo do Livro*, que começa as suas atividades no Brasil, vindo de Portugal?

★ Recadinho para os amigos da *Perspectiva*, de São Paulo: o Autran Douillard está querendo comprar o livro dele que vocês aí publicaram, *Uma Poética do Romance*. Não tem na praça do Rio de Janeiro. Imagine se isto aqui fosse uma cidadezinha do Rio Grande do Norte chamada Taipu!

★ Mais uma vez *O Cavalinho Azul*, de Maria Clara Machado. Cedibra.

★ Eu só queria saber por que o etnólogo pernambuco

cano Mário Souto Maior entregou os originais do seu *Dicionário do Palavrão e Termos Afins* a censura prévia antes de submetê-lo à censura dos leitores! Que coisa vergonhosa! Pô, e olhe que o trabalho está cheio de notas e apresentações de gente insuspeitíssima de imoralidade ou subversão, inclusive Gilberto Freyre. Segundo o coleguinha João Alberto, do *Diário de Pernambuco*, houve um colunista social de lá, um Zé Província Puxa-Saco, que chegou a insinuar a queima em praça pública do livro; naturalmente, ó João Alberto, porque não o leu em primeira mão. Afinal, sai ou não sai o livro?

★ Será mesmo verdade o que estou lendo na *Tribuna da Imprensa* do dia 29 de março passado? Vamos reler a nota: diz que o senador Petrônio Portela sondou o colega Pereira Lopes sobre a viabilidade de ingresso na Academia Brasileira de Letras. O presidente deste organismo respondeu ao ex-presidente do Senado que só havia uma exigência: a de pelo menos um livro publicado. Na moita, Petrônio reuniu discursos e entregou à gráfica do Senado Federal. Nasceu então o seu vibrante *Perfil do Congresso*, mas com quarenta exemplares, apenas, imediatamente remetidos à sede da Academia para imediata leitura.

★ Um cable de Atenas diz que foi em cana por lá o cidadão Petros Galvas, tradutor e difusor em grego de um manual sobre guerrilhas do brasileiro Carlos Marighela. A edição foi logo confiscada pelas chamadas autoridades competentes. Acontece, meu caro Petros, que você

parece que não acompanha a marcha inexorável da história. Guerrilha já era, desculpe. Nem por por isso justifico a sua detenção, claro.

★ O Instituto Nacional do Livro precisa tomar uma série de providências quanto a co-edições com editoras que apresentam reedições de autores brasileiros — alguns do primeiro time — com erros de revisão, ortografia desatualizada, falta de linhas, páginas em branco, etc. Assim é zombar muito da paciência dos leitores, caramba! Tanta gente nova aí querendo mostrar originais — bons ou maus, não interessa — e o INL sustentando editor rico chelo de mazelas gráficas. Isso é desonesto.

★ Outro livro importantíssimo saído em São Paulo: *Mário de Andrade: Ramais e Caminhos*, da escritora Telê Porto Ancona Lopes. Livraria Duas Cidades.

★ A *Conquista* fez uma bela edição de *Bugrinha*, de Afrânio Peixoto, comemorativa dos cinquenta anos do livro.

★ Diz *O Diário (18-3)*, de Vitória, a bela capital do Espírito Santo, que o autor do *A Laranja Mecânica*, Anthony Burgess, vem ao Brasil, a convite do seu editor, Alvaro Pacheco. Fazer o que, se o filme foi totalmente vetado?

★ Boa, coleguinha Torrieri Guimarães, da *Folha da Tarde*, de São Paulo, tradutor de Kafka. Você fez uma pergunta excelente: e os padres que falaram nos respectivos confessionários sobre as perguntas desses jornalistas ridiculamente excomungados pelo Papa? Norberto Valentini e Clara Di Me-

glio, autores do *O Sexo no Confessionário*, estão rindo até agora dessa publicidade gratuita que Sua Santidade lhes deu, coitado, ainda por cima ameaçando baixar o cacete nos leitores que comprarem o volume. Baixar mais ainda?

★ Todas as palavras e expressões usadas por Paulo Gracindo na novela *O Bem Amado* a gente encontra também, com fatura, em *O Coronel* e *O Lobisomem*, do nosso magnífico bom-caráter José Cândido de Carvalho, que — diga-se de passagem — já corre para a 12.ª edição.

★ Interessantíssimo esse *Aspectos da Ironia de Eça de Queirós*, de Antônio Aurélio Gonçalves, editado em Lisboa em 1937, mas que eu recebi xerografado de Moçambique, e apenas o primeiro volume. Cadê o segundo, amigo oculto?

★ O jornal da Câmara Brasileira do Livro, *Presença do Livro* — Antônio Vilela Couto, de Governador Valadares — fica à Rua São Domingos, 463/467, caixa postal 3422, São Paulo/SP. De nada.

★ Vem por aí a *Seleção de Aníbal Machado*, preparada por Fausto Cunha, que já entregou os originais, depois de seis meses sem aparecer, heim, amigo Fausto? Que suspense! Tem coisas inéditas.

★ Rubem Braga ansioso por visitar a Espanha, mas não sabe ainda se quer ir logo.

★ A Biblioteca do Exército diversificando bastante as suas publicações para os treze mil associados em todo o país. Várias co-edições com editoras. Boa idéia.

Ninguém gosta de receber conterrâneos

O maior problema em uma embaixada do Brasil no exterior é quando chega uma visita brasileira.

Geralmente, o embaixador tranca-se em sua sala e a visita é atendida pelo secretário da Embaixada ou por funcionários menores. E o mais grave é quando o visitante diz:

— Eu queria falar com o embaixador.

Há, então, um corre-corre. Por que? Simples: o embaixador não quer receber visita do Brasil. E como em cem visitas, pelo menos quarenta levam problemas, o titular da embaixada dá ordens ao secretário:

— Veja se dá um jeito e manda esse cara embora.

Muitas vezes, entretanto, o visitante tem outros problemas a expor:

— Eu queria ler uns jornais do Brasil, sabe? Estou fora do Brasil há três meses, viajando a negócios e queria ler uns jornais.

O secretário, geralmente, faz cara de muito espanto:

— Jornais?

— Sim, qualquer jornal serve. O senhor não tem aí uns jornais, mesmo velhos, para me emprestar? Lelo aqui mesmo.

O secretário também não é muito favorável à visitas conterrâneas. Tem sempre outros problemas a resolver e não gosta de perder tempo com brasileiro que procura a embaixada para chatear. Então, responde:

— Os jornais que nós temos aqui são da semana passada.

O visitante exulta. Abre um sorriso:

— Serve! Esses servem, sim, me dê, por favor.

Então o secretário assume um ar muito sério e muito superior:

— Mas não temos os jornais aqui na embaixada.

— Não têm? Onde estão?

E o secretário, sério:

— Sua excelência, o embaixador, levou os jornais para ler em casa e ainda não trouxe.

— E quando ele vai trazer?

— Não sabemos. Talvez pra semana, quando acabar de ler.

Mas o pior, mesmo, é quando o visitante é um jornalista. O diplomata do Itamarati é arredo a jornalistas. Não gosta da classe. E lembro de uma vez, em Roma, quando dez jornalistas brasileiros vinham do Oriente e pararam na *Cidade Eterna*. Representavam os mais

importantes jornais do Brasil. Um deles teve a idéia:

— Vamos à embaixada do Brasil.

— Vamos, sim. Vamos cumprimentar o embaixador.

Naquela manhã, todos os jornalistas se prepararam no rigor do dia e se mandaram para a embaixada do Brasil, que já era no Palácio Dora Pamphili.

Houve necessidade de fazer o anúncio:

— São jornalistas brasileiros que vêm cumprimentar o embaixador do Brasil.

O porteiro deu o recado ao diretor da Portaria, que ligou para a Chancelaria, que man-

dou um primeiro-secretário. Os jornalistas foram recebidos no grande salão, como visitas de cerimônia.

O secretário os fez sentar em grandes estofados de alguns séculos de idade. Um do grupo deu dois pigarros e se adiantou:

— Viemos cumprimentar o embaixador do Brasil.

O secretário:

— Pois não, transmitirei a etc.

Um do grupo:

— Não poderíamos vê-lo?

O secretário:

— Ele não vai atendê-los. Está muito ocupado. Eu transmitirei os cumprimentos.

Naquela manhã, dez jornalistas saíram totalmente decepcionados do Palácio Dora Pamphili.

Por isso mesmo que, há alguns anos, um senhor brasileiro chegou a uma embaixada do Brasil na Europa e mandou anunciar:

— Está aqui o senador Fulano de Tal.

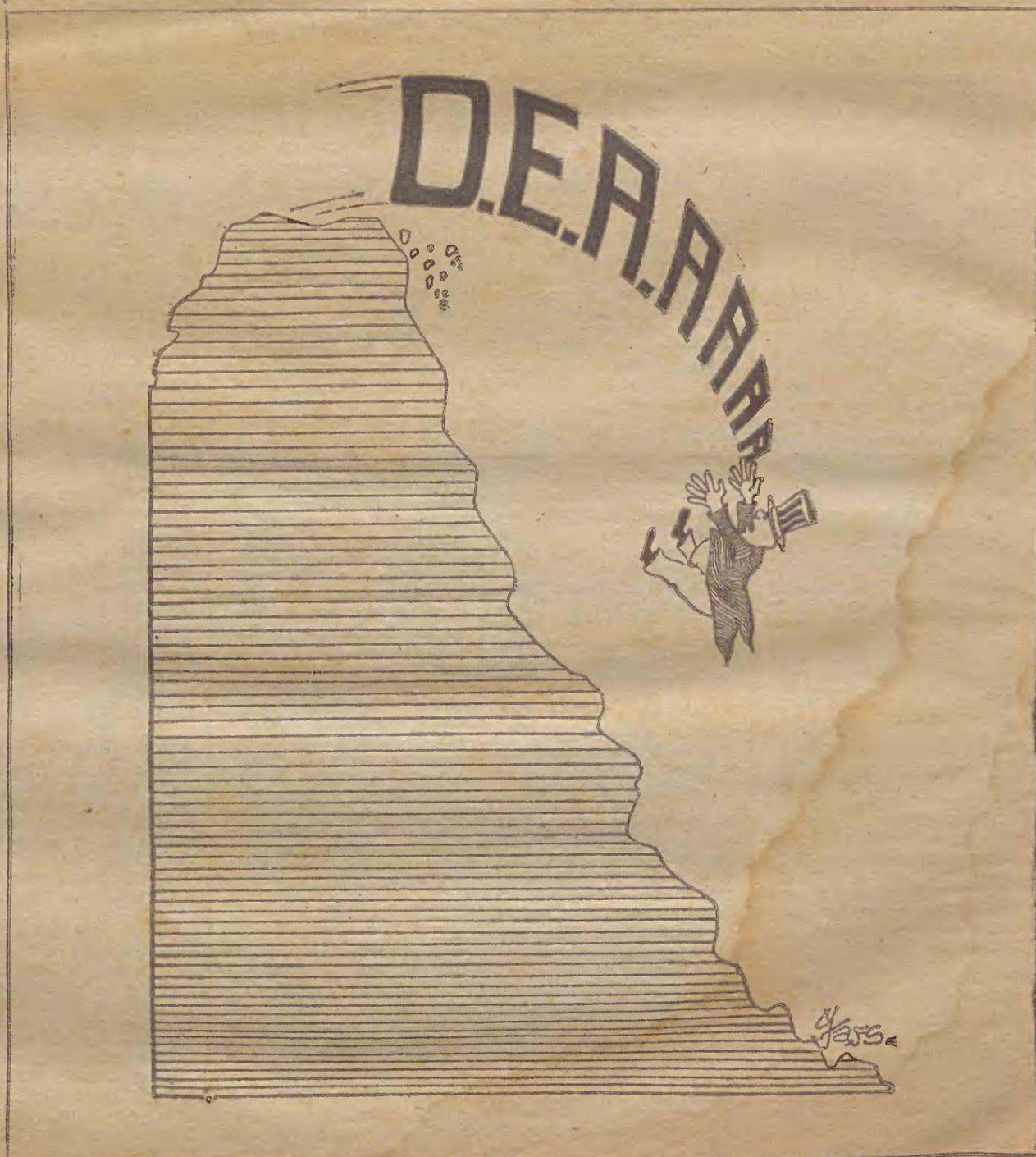
O senador Fulano de Tal pensou que as portas iam-se abrir e o embaixador receberia de braços abertos. Enganou-se: ninguém deu ao senador Fulano de Tal a menor importância.

Por causa disso é que, até hoje, o senador Vasconcelos Tôres, do Estado do Rio, não perdoa o Ministério das Relações Exteriores. Quando pode, abre o verbo no Senado e faz suas falsetas.

Um dia, o senador Vasconcelos Tôres bolou uma lei: todo diplomata brasileiro, quando no exterior, se quiser comprar automóvel, terá que comprar os do Brasil.

A lei não passou, mas quase que o senador Vasconcelos Tôres destrói os sonhos de Mercedes Benz dos diplomatas brasileiros!

Augusto Pereira



O SINDICATO DOS ARTISTAS CONTESTA NOSSAS MATÉRIAS

"Lemos em POLITIKA — Rio, nº 74, ano III de 19 a 25 de março de 1973 — à página 17, seção de Teatro, a publicação de um manifesto (?) conclamando a todos os artistas 'desde a literatura até as artes plásticas' a 'lutar pela organização de um sindicato livre e independente'.

Infelizmente, o manifesto (?) não traz assinatura alguma e, de início, sequer sabíamos a quem nos dirigir. Trata-se de documento apócrifo e ... confuso.

Primeiro, acusa ele os órgãos governamentais de omissos aos interesses da classe e responsáveis pelo cerceamento da liberdade de expressão. Diz ainda que 'é constante a impossibilidade para o artista dizer o que pensa e sente. o que acaba por aniquilá-lo'. Ainda lamenta que sejam obrigados a participar de peças comerciais sem a 'mais mínima' (a expressão é do manifesto) ligação real e profunda com a realidade que 'nos cerca'.

Todavia, não sabemos como, através de um manifesto apócrifo, onde evidentemente os redatores se eximem de maiores responsabilidades, onde quem o elaborou ou ditou se oculta no anonimato, na cômoda situação de não poder ser localizado, não sabemos como pode alguém nessas circunstâncias exigir responsabilidades de quem quer que seja. De vez que ele próprio não assume as suas integal-mente.

Lança-se, o manifesto (?), contra o governo e aponta-o como omissos e, mais, cerceador de liberdades. E o faz em nome de todos os artistas do Brasil, como se fosse seu representante de fato e de direito; lança toda a classe numa luta na qual ela sequer conhece o nome daqueles que tão violentamente a incitam a fazê-lo!!

Serão pessoas responsáveis? Pertencerão ao meio artístico? Ou pretendem gerar, gratuitamente ou não, uma área de atrito com o governo do país, conservando elas próprias suas barbas de molho? Dirigem-se elas aos 'caros colegas' e, ainda, em nome da classe investem os órgãos governamentais 'por tirar-lhes o direito à própria vida'. E argumentam que só lhes são permitidos bicos para que não morram de fome.

Afinal, contra que moínhos investem tais senhores? Já que se co-

locaram numa posição de luta 'livre e independente', que o façam com clareza: quem são? o que querem? contra o que lutam? o que pretendem? E que o esclareçam para que a classe artística possa, antes de mais nada, avaliar o valor da luta proposta, a integridade de quem a propõe e, principalmente, se interessa aos artistas o tipo de luta apregoado.

Ainda ressalta o infeliz manifesto que, como trabalhadores de teatro, 'os artistas são tratados como marginais'. Que não recebem o décimo-terceiro salário, salário-mínimo, trabalho contínuo, benefícios do INPS, aposentadoria. Ora, todas essas prerrogativas estão nas leis em vigor que amparam o trabalho no Brasil. E o ator não foi marginalizado por elas.

Marginal fica quem procede levemente dentro de sua própria profissão. Marginal é aquele que, em qualquer atividade, não reivindica direitos assegurados por lei. Marginal é aquele que aceita passivamente imposições ilegais, atrabiliárias, despóticas e imorais de seus empresários. Marginal é aquele que admite a atuação arbitrária de seus patrões. Marginal é aquele que desconhece a existência de seu sindicato, único representante legal de sua própria classe. Marginal é aquele que nega apoio à sua entidade de classe, que se omite às suas convocações. Marginal é aquele que, no anonimato, tenta dividir a classe, tenta jogar uns contra os outros, com a finalidade única e última de exterminar o já existente sindicato. Este é, realmente, o mais temível marginal: o divisionista.

O Sindicato dos Artistas e Técnicos, já existente, é um órgão de classe e, como tal, alerta a todos os atores e técnicos, a ele filiados ou não, quanto a pregação anônima que se instalou no seio da classe.

Não sabendo quem são e a que vêm tais indivíduos, o Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo repudia de público tais manobras. Como de público reafirma estar a existência desse sindicato firmemente vinculada a toda a classe teatral, às suas mais prementes reivindicações, aos seus seus legítimos interesses e aspirações, a cuja realização jamais se furtou em tempo algum. Mas tam-

bém, e com firmeza, repudia de público o divisionismo, as manobras políticas, de finalidade pouco clara, que tão somente se propõem a, usando de quem já tem dado tanto de si mesmo, transformá-lo agora em espantelhos de uma luta cujos termos não são os seus.

Para salvaguarda dos interesses profissionais que esta entidade de classe representa, solicitamos de V. Sa. a publicação deste documen-

to em igual destaque aquele que refutamos."

(SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO — José de Oliveira Santos (Juca de Oliveira), presidente; Arthur Miranda Araújo, secretário; José Antônio Gomes, tesoureiro; Ana Luiza P. Gouvêa, departamento jurídico — São Paulo — São Paulo).

VAMOS responder por etapas, para simplificar o raciocínio:

Primeiro: nos últimos dias de janeiro, esteve aqui na redação, vindo de São Paulo, um grupo de artistas e técnicos, afirmando já ser chegada a hora de a classe teatral iniciar a luta com vistas à sua integração no cenário profissional brasileiro. Trouxe-nos, de uma quantidade de documentos,

O Artista Independente, que seria o órgão de divulgação do movimento sindical **Arte Livre**. E dele foram retirados os trechos do manifesto-plataforma que publicamos. Evidentemente que se utilizamos o material é porque concordávamos com os conceitos emitidos, embora guardadas as devidas proporções. Se assim não o fosse, teríamos publicado a íntegra do manifesto. **Segundo:** não concordamos com a posição assumida agora pelo

Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo. E isto decorre de dois aspectos fundamentais: no manifesto não há qualquer alusão ao órgão representativo — que tivemos o cuidado de retirar para evitar, justamente, a política divisionista citada na carta — e, por outro lado, a linha paternalista da instituição não é a mais indicada para o momento cultural que vive o país. Ademais, negar que a classe teatral se

encontra desamparada em relação à legislação trabalhista é negar uma evidência. E nesse campo fica completamente impossível discutir, mesmo porque não temos qualquer vocação para tratadistas do óbvio.

Terceiro: fica inteiramente a descoberto a argumentação de que

os artistas não sofrem problemas quanto à liberdade de expressão e às condições de trabalho.

Bastaria, por exemplo, enumerar as peças, livros, músicas e filmes que não são liberados, para se ter uma idéia disto. E no tocante às condições efetivas de trabalho, fica claro, desde o início, que a profissão de ator é uma das

poucas no Brasil que não têm regulamentação. Depois, o vedetismo de alguns, a exploração de

muitos e a falta de compreensão da maioria faz do profissional de teatro um esquecido, com sérios problemas de existência, nos quais não faltam, em verdade, a necessidade de bicos para sua sobrevivência, mais ou menos digna.

Quarto: segundo um velho ditado popular, quem tem telhado de vidro não atira pedra no telhado do vizinho. Logo, quando vocês resolverem fazer críticas a expressões que aqui publicamos — no caso presente, **mais mínima** —, tenham muito cuidado. No fim das contas, nós só fazemos isso — escrever — e cuidamos de fazer bem. Depois, a carta de vocês tem algumas incorreções: **incitar** se escreve com **c**, nunca com **s**; o verbo **investivar** é transitivo direto, de forma que quem **investiva**, o faz diretamente, nunca **contra alguém**; por fim, a concordância verbal de **ele** é na terceira pessoa do singular, nunca na do plural. Não se esqueçam, portanto, critiquem, mas de maneira construtiva, nunca procurando **chifre em cabeça de cavalo**. E estamos conversados. Mas voltará sempre que quiserem.

Vê Erza Pound, o grande injustiçado



POLITIKA

EDITORA TORA LTDA.

Presidente: Philomena Gebran

Diretor: Sebastião Nery

Gerente: Eneás Resque

Editores: Jorge França, Mury Lydia.

Secretário: Antônio Calegari

Ilustração: Luis Fonseca.

Humor: Fritz, Fafs

Colaboradores: Oliveira Bastos, Gerardo Mello Mourão, Franklin de Oliveira, Moacyr Werneck de Castro, Hélio Silva, Roland Corbisier, Antônio Carlos Villaca Hélio Duque, Edmar Morel, Murilo Marroquim, Harrison Oliveira, Sérgio Barcellos, Everardo Guilhon, Tereza Barros, Antonieta Santos, Leon Cakoff, Maria Cecília Ribas Carneiro.

Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133, grupo 1601 — telefone 232-1981 — Rio, GB.

São Paulo: Paulo Pereira — Av. 9 de Julho, 245, 3.º andar — telefone 84-1627.

Fortaleza: Dário Macedo — Av. Visconde do Rio Branco, 1484 — telefone 26-6837

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho — Rua Miguel Tostes, 924, grupo 101 — telefone 23-1784.

Fotos: Tribuna da Imprensa

Distribuição exclusiva para todo o Brasil:

Fernando Chinaglia Distribuidora S/A —

Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajaú) —

Rio, GB.

Composição e impressão: Tribuna da Imprensa — Rio — GB.